

Cadernos
de
Clio

Revista Cadernos de Clio
Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Renata Senna Garraffoni (Presidente), Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Maria Victoria Ribeiro Ruy, Mariana Fujikawa, Michel Ehrlich, Suellen Carolyne Precinotto

Conselho Consultivo

Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná)
Clóvis Gruner (Universidade Federal do Paraná)
Fátima Regina Fernandes (Universidade Federal do Paraná)
Héctor Guerra Hernandez (Universidade Federal do Paraná)
João Fábio Bertonha (Universidade Estadual de Maringá)
Luís Felipe Silvério Lima (Universidade Federal de São Paulo)
Luiz Carlos Ribeiro (Universidade Federal do Paraná)
Marcos Napolitano (Universidade de São Paulo)
Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas)
Rafael Faraco Benthien (Universidade Federal do Paraná)
Renata Cristina de Sousa Nascimento (Universidade Federal de Goiás,
Campus Jataí)
Sérgio Odilon Nadalin (Cedope - Universidade Federal do Paraná)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos de Clio

V. 7, Nº. 1, 2016, PET – História UFPR

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605

Centro – Curitiba – Paraná – Brasil

CEP: 80060-150

e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Cadernos de Clio online: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/clio>

Projeto gráfico, capa e lombada:

Bruna Trautwein Barbosa

Editoração, editorial:

Maria Victoria Ribeiro Ruy, Michel Ehrlich, Suellen Carolyne Precinotto

Diagramação:

Maria Victoria Ribeiro Ruy, Michel Ehrlich, Suellen Carolyne Precinotto

Referência de Capa e Contracapa:

Adaptação da obra de Vincent Van Gogh

Iris, 1889

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

REVISTA *Cadernos de Clio* / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada: Bruna Trautwein Barbosa; editoração, editorial e diagramação: Maria Victoria Ribeiro Ruy, Michel Ehrlich e Suellen Carolyne Precinotto, v.1 (2010-). Curitiba, PR: PET – História UFPR, 2016.

v.7, n. 1, 2016

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN: 2237-0765

ISSN: 2447-4886 (on line)

1. História - periódicos. 2. História - Estudo e ensino. 3. Historiografia - Divulgação científica. I. Universidade Federal do Paraná. II. Barbosa, Bruna Trautwein. III. Ruy, Maria Victoria Ribeiro. IV. Ehrlich, Michel. V. Percinotto, Suelen Carolyne

CDD 20. ed. 907

Sirlei do Rocio Gdulla CRB-9ª/985

Editorial

É com imenso orgulho que o PET-História-UFPR apresenta mais uma edição da revista *Cadernos de Clio*. Com enorme satisfação chegamos ao sétimo ano de publicação dessa revista. Conforme os objetivos da publicação, também neste número, todos os artigos são de alunos de cursos de graduação com pesquisas na área de História ou correlatas.

Nesta edição, apresentamos cinco artigos e duas resenhas, de temáticas bastante variadas. Um aspecto em especial nos trás bastante satisfação: a diversificação de origens dos artigos e resenhas. Neste número, temos artigos provenientes de seis universidades diferentes, espalhadas pelo Brasil, demonstrando a relevância da revista *Cadernos de Clio*.

O artigo que abre esta edição, “Corpo e festa na Antiguidade Tardia: o *Convivium* nas Saturnais, de Macróbio”, de **Jenny Barros Andrade**, procura questionar a suposta ausência de normas durante banquetes na Antiguidade, analisando as regras de conduta que determinavam o convívio festivo em uma obra do escritor e filósofo Macróbio.

Na sequência, o artigo “Hugo dos Reis e a sociedade pontagrossense: a atuação do jornalista no *Diário dos Campos*”, de autoria de **Isaias Holowate**, analisa, sob a ótica do conceito de *Representação* de Roger Chartier, a produção jornalística de Hugo de Reis na Ponta Grossa (PR) das primeiras décadas do século XX.

O terceiro artigo dessa edição de Cadernos de Clio tem como título “Onde há fumaça há fogo: o boato político nos desenhos de humor de Alceu Chichorro publicados em o dia (1925-1961)”. Neste, o autor, **Flavio de Freitas Pannuti**, também utiliza como fonte, um jornal., mais especificamente um conjunto de charges, procurando analisar o significado e o poder dos boatos políticos.

No artigo seguinte, “Possêidon e a representação do mar em *A Ilíada*, de Homero”, **Martinho Guilherme Fonseca Soares** retorna à Antiguidade Clássica para discutir como a obra clássica de Homero abordava a relação com o mar e as manifestações do sagrado contidas nele.

Finalmente, o último título da seção de artigos é “Ressignificações do patrimônio cultural no Paraná: do colégio dos jesuítas ao museu de arqueologia e artes populares de Paranaguá (1938-1963)”, de **Vinícius Assis**, que investiga os diferentes significados atribuídos à um mesmo local considerado patrimônio cultural, o colégio dos Jesuítas de Paranaguá (PR), cuja construção data do século XVIII.

Para finalizar essa edição da revista, apresentamos também duas resenhas de publicações recentes. **José Walter Cracco Junior** analisa o livro *Santos imaginários, santos reais: a literatura hagiográfica como fonte histórica*, de Ronaldo Amaral, enquanto a resenha de **Hélio Gustavo da Silva Andrade** discorre sobre as relações entre Grécia e Roma em *Plutarco e Roma: O mundo Grego no Império*, de Maria Aparecida de Oliveira.

Esperamos que o primeiro número deste sétimo volume da revista *Cadernos de Clio* agrade aos leitores, sejam eles universitários ou não, consolidando a revista como um espaço de discussão historiográfica de qualidade e espaço de divulgação de trabalhos de graduandos.

Lembramos também que a revista está aberta ao recebimento de artigos, resenhas e notas de pesquisa sob fluxo contínuo.

Boa leitura!

Agosto de 2016

Maria Victoria Ribeiro Ruy, Michel Ehrlich,
Suellen Carolyne Precinotto

Sumário

Artigos

Corpo e festa na Antiguidade Tardia: o *Convivium* nas Saturnais, de Macróbio - Jenny Barros Andrade13

Hugo dos Reis e a sociedade ponta-grossense: a atuação do jornalista no *Diário dos Campos* - Isaias Holowate29

Onde há fumaça há fogo: o boato político nos desenhos de humor de Alceu Chichorro publicados em o dia (1925-1961) - Flavio de Freitas Pannuti55

Possêidon e a representação do mar em *A Ilíada*, de Homero - Martinho Guilherme Fonseca Soares81

Ressignificações do patrimônio cultural no Paraná: do colégio dos jesuítas ao museu de arqueologia e artes populares de Paranaguá (1938-1963).- Vinícius Assis105

Resenhas

AMARAL, Ronaldo. Santos imaginários, santos reais: a literatura hagiográfica como fonte histórica. São Paulo: Intermeios, 2013. - José Walter Cracco Junior129

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco e Roma: O mundo Grego no Império*. São Paulo, Editora da

Universidade de São Paulo, 320p - Hélio Gustavo da Silva
Andrade..... 139

Normas editoriais..... 149

Artigos

CORPO E FESTA NA ANTIGUIDADE TARDIA: O CONVIVIVUM NAS SATURNALIS, DE MACRÓBIO

BODY AND FEAST IN LATE ANTIQUITY: THE CONVIVIVUM IN SATURNALIA, BY MACROBIUS

Jenny Barros Andrade¹

Resumo: O presente artigo propõe analisar a representação do *convivium* realizado pelo escritor e filósofo Macróbio. Para tal, utilizamos sua obra Saturnais, escrita no início do século V d.C, onde narra um banquete realizado em honra a Saturno, durante as festividades realizadas em culto ao deus. Dessa forma, pretendemos analisar as regras de conduta e valores que regulam o corpo dos convivas e o momento festivo. Por fim, buscamos questionar a visão tradicional do banquete na Antiguidade, que é regularmente retratado como um momento de ausência de normas.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; banquete; corpo; Macróbio; Saturnais.

Abstract: This article proposes to analyze the representation of convivium, realized by writer and philosopher Macrobius. For that, we utilized your work Saturnalia, written in the first half of V century, and describe a banquet realized in honor of the Saturn, during the annual festivities for that deity. Thus we intend to analyze the rules of conduct and the values that regulate the guest's body and the festivities. Lastly, we search to question the traditional view about the banquet, which is regularly represented as moment of absence of norm.

Keywords: Late Antiquity; banquet; body; Macrobius; Saturnalia.

Macróbio e seu contexto histórico

Na passagem do século IV ao V, é possível perceber uma série de transformações originadas ainda no século III no período da Anarquia

¹ Graduanda em História na Universidade Federal do Espírito Santo

Militar², iniciada com o fim da dinastia dos Severos (235), e que trouxe grande instabilidade ao Império devido à contínua sucessão de imperadores e de invasões estrangeiras. Durante muito tempo, a fase final do Império foi tratada nos termos de “crise” e “declínio” pelos historiadores. Em contraposição a uma historiografia que poderíamos qualificar como tradicional há os autores como Peter Brown e Henri-Irénéé Marrou que optam por adotar o termo “Antiguidade Tardia” para qualificar esse período de transformações tão intensas. O fim do Mundo Antigo não deve ser caracterizado como um período de declínio, “mas sim de surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, de novas invenções técnicas artísticas que exercem uma inegável influência sobre as sociedades posteriores” (SILVA; MENDES, 2006:195).

Segundo Silva e Mendes (2006), como forma de restauração da ordem no Império, os imperadores do século IV precisaram lançar mão

² Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves (2006:185-189), o período conhecido como Anarquia Militar é caracterizado pela sucessão rápida de imperadores pelas legiões militares estacionadas nas fronteiras, para substituir os governantes mortos nas batalhas. Além disso, esses imperadores não se mantinham no poder por muito tempo, pois eram mortos por invasores ou por tropas insatisfeitas com sua liderança, dificultando a escolha de sucessores. Fatores como as lutas civis, a instabilidade política e a dificuldade de organizar dinastias no poder, levou a uma crise política e econômica, presente tanto no Ocidente quanto no Oriente. Segundo a autora, o estudo desse período é dificultado pela ausência de fontes literárias, embora a numismática e a epigrafia tenham contribuído para a análise. Embora tenha se passado uma visão de uma crise longa que abrangeu todo o Império, novos estudos a partir das inscrições provam que a crise política foi de caráter curto e que não afetou todas as zonas do Império ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade. Dessa forma, não se aceita mais a concepção de uma crise geral no Império, embora, o uso de expressões como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro século” e “período dos Imperadores-soldados” continua a ser usado por falta de um novo termo.

de um discurso que enfatizava a sua divinização, ainda em vida, fato que caracteriza o período do Baixo Império, conhecido como *Dominato*. O papel do imperador nesse momento é o de restaurador, salvador, alguém que poderia reordenar o Estado romano que se encontrava em crise. Nesse momento emerge a *Basiléia*, a realeza sagrada que abrangia tudo o que cercava o imperador.

Como não verificamos a separação entre Estado, sociedade e religião nesse momento, é importante mencionar as mudanças ocorridas no âmbito religioso dentro do Império, num contexto em que estava inserido o autor a ser trabalhado aqui, Macróbio Ambrósio Teodósio. Segundo Antolín (2010, p. 5), Macróbio é testemunha das invasões germânicas e da expansão do cristianismo, sendo contemporâneo à derrota de Eugênio diante das legiões de Teodósio em 394 d.C, além do saque de Roma diante dos visigodos, que ocorreu em 410 d.C. O conflito produzido pela ascensão do cristianismo e pela perda de espaço do paganismo é patente nesse momento, sendo que o paganismo sofre bastante com o crescimento da intolerância cristã. É a partir do reinado de Teodósio I, em 379 d.C, que os pagãos e heréticos são privados de seus direitos civis (BROWN, 1972). Segundo Momigliano (1992), os sacrifícios pagãos já haviam sido proibidos por Constâncio II, sendo que tal medida foi reforçada logo após pelo fechamento dos templos pagãos e pela proibição de sacrifícios em locais públicos. Em 391 d.C, Teodósio proibiu até mesmo o culto pagão privado, com a consequente restrição dos privilégios dos sacerdotes pagãos.

O que podemos pensar diante de tal situação é de um completo fim do paganismo e uma cristianização total da população, principalmente no que condiz aos círculos aristocráticos. É possível analisar, porém, através da leitura de outras obras, que esse processo se constitui de forma bem mais lenta pelo Império, e com muito mais ênfase no Oriente do que no Ocidente, localidade em que nosso autor se encontra. Há uma cristianização muito mais no perímetro urbano do que no rural, além de um lento processo de conversão da aristocracia do século IV (JONES, 1989:32). Pois isso é mais do que necessário considerar o lugar do cristianismo e do paganismo na aristocracia romana durante os séculos IV e V, principalmente o lugar da cultura clássica, tão presente na obra de Macróbio.

Dessa forma, no século V d.C, durante o governo do Imperador Honório, o escritor e filósofo Macróbio Ambrósio Teodósio redige sua obra literária *Saturnais*. No que concerne à identidade do nosso autor, há um debate enorme, principalmente em relação ao seu período de vida e à sua real identidade. Não há informações, por exemplo, sobre o local do nascimento do nosso autor, porém sabe-se que ele não é natural de Roma, mas sim de outra região do Império, como a África. Um dos nomes que assinam os manuscritos das *Saturnais* é Macróbio Ambrósio Teodósio, porém segundo alguns historiadores como Alan Cameron (2011: 233), nosso autor seria conhecido muito provavelmente somente pelo nome de Teodósio. Essa informação pode nos parecer insignificante, porém ela altera sua identidade e logicamente o contexto em torno dele. Se antes Macróbio muito provavelmente teria vivido durante o

século IV, nascido por volta de 350-360, tendo escrito as *Saturnais* em 395, alguns autores aceitam uma datação mais tardia da vida de Macróbio, tendo o mesmo nascido no fim do século IV, e tendo escrito as *Saturnais* somente em 430. Dessa forma, Macróbio teria vivido sob os governos de Teodósio e Honório (ANTOLÍN, 2006: 24).

Macróbio e sua obra pedagógica: Saturnais

A obra *Saturnais* é composta por um conjunto de sete livros, que chegou até nós de forma incompleta, sendo um compêndio de saberes que seriam necessários à formação de um membro da elite. É possível constatar o objetivo pedagógico do autor, ao criar uma obra de erudição³, abordando assuntos como astrologia, literatura, gramática, retórica, entre outros conhecimentos. Devido a isso, sua obra é considerada uma literatura de erudição. Macróbio deixa bastante claro que o seu objetivo é deixar para o seu filho, Eustácio, obras que possam contribuir para sua formação.

Por isso, não considero nada mais importante que tua educação, (...) tudo o que tenho me esforçado em escrever em diversas obras em língua grega e latina, tanto antes de você nascer como depois do seu nascimento, que tudo isso constitua para ti um ba-

³ Macróbio, ainda no prefácio de sua obra, deixa claro seu intento em criar uma obra que abarcasse diversos assuntos, com o propósito de contribuir para a formação de seu filho, Eustácio. Segundo Zelia de Almeida Cardoso (2011: 187-188), a obra de Macróbio é classificada com uma obra de erudição. Tal gênero abarca textos de caráter científico, que abarca o conhecimento dos eruditos, sendo a poligrafia bastante presente nos textos romanos. Ela ressalta, porém, que os gêneros na Antiguidade estavam estritamente ligados, de forma que as obras de erudição devem fazer parte da literatura latina.

gagem de sabedoria; e como se uma dispensa literária se tratasse, se alguma vez você precisar se lembrar de uma história que, escondido na massa de livros, passar despercebido por todos, para você será mais fácil encontrá-la e tomá-la dali. (MACROBIO, Saturnales, I § 2-3, tradução nossa⁴).

O banquete de Macróbio tem como pano de fundo as festividades em honra ao deus Saturno, onde os personagens serão responsáveis por dialogar e debater os assuntos descritos acima no decorrer da festa. O momento do banquete é também retratado na literatura através do gênero literário do simpósio, que foi desenvolvido por alguns autores gregos e romanos na Antiguidade. Podemos citar o *Banquete* de Xenofonte, do século V a.C, ou então a obra do grego Plutarco, *Quaestione Convivales* (*Symposiaka*). Tais escritos possuem como modelo o *Banquete* de Platão, apresentando elementos em comum com a obra que se tornou referência desse gênero.

É necessário salientar que esses comensais presentes no banquete de Macróbio, possuíam conhecimento suficiente devido à sua formação, pois eram personagens históricos da elite durante o século IV⁵. Seria

⁴ As citações diretas das *Saturnalia* foram extraídas da edição espanhola da editora Gredos, publicada em 2011. Para facilitar a compreensão do leitor, realizamos a tradução do espanhol para o português em todas as demais citações ao longo do artigo.

⁵ A escolha de seus personagens não pode ser entendida como algo simplesmente aleatório. Adotando a cronologia proposta por Cameron, os personagens que Macróbio cita no momento da escrita da *Saturnais* já estavam mortos. Segundo Bloch (1989: 222), nosso autor possuía o desejo de trazer a tona novamente o que ele define como “os últimos pagãos de Roma”, já que Bloch é um dos defensores da ideia de um renascimento pagão no fim do século IV. Entre as discussões que envolvem Macróbio, há também as que questionam se

necessário somente citar alguns desses convivas presentes na obra para perceber que a grande maioria possuía uma educação que bebia nos clássicos. Vetio Agorio Pretextato, por exemplo, foi procônsul da Ásia e Prefeito de Roma (367-368), era um membro da nobreza senatorial romana e um grande defensor do paganismo. Outro personagem que deve ser descrito aqui, é Virio Nicômaco Flaviano, que é o anfitrião do segundo banquete na obra. Assim como Pretextato, também possuiu várias magistraturas, como governador da Sicília (364-365), vicário da África (376-377), prefeito do pretório da Itália, e cônsul em 394. (ANTOLÍN, 2010: 24). É considerado também como um baluarte do paganismo, onde deu seu apoio ao usurpador Eugênio, pois segundo Antolín (2010, p.30), Flaviano via nele a oportunidade de restaurar os cultos pagãos. E por fim, temos a figura de Quinto Aurélio Símaco, que ocupou os cargos de procônsul da África (373-374), prefeito de Roma (384-405) e cônsul em 391 d.C. Era um representante da aristocracia senatorial romana, importante orador, e defensor da tradição e da religião pagã. Em 394 d.C., o mesmo faz um célebre discurso onde pede ao imperador Valentiano, que fosse reposto ao Senado romano o altar da deusa Vitória. Segundo Antolín, Símaco foi o último grande orador romano da tradição clássica (ANTOLÍN, 2010: 25).

O banquete romano: *Convivium*

realmente ele seria um escritor pagão, pois em suas obras ele não ataca de forma alguma o cristianismo. (CAMERON, 2011: 255)

O momento festivo deve ser compreendido como um momento de sociabilidade, de interação e de convívio entre os participantes. O banquete, em particular, ainda na Grécia era considerado um “ato carregado de forte conteúdo social e de grande poder de comunicação” (FLANDRIN; MONTANARI, 1998:108). Durante o *convivium* retratado na obra de Macróbio, é possível perceber que há uma preocupação com o comportamento do conviva, onde seu corpo é moldado por regras e normas que devem ser respeitadas no decorrer da festa. Segundo Flan-drin e Montanari “são as regras que verdadeiramente definem a especificidade do banquete ‘civilizado’ (...), ou seja, as normas de comportamento que marcam as diferenças em toda sociedade (...)”. Esses integrantes, a partir do momento em que abrem mão de sua autonomia fisiológica e se adéquam às regras que lhes são impostas, experimentam um processo de socialização. Através da educação e pela formação cultural que possuem, os convivas se portam de determinada forma no momento do banquete, permitindo que o ambiente da festa, permeado por regras, conduza o seu comer, beber, agir e falar. De acordo com Rodrigues “são as convenções sociais, como se sabe, que decidem o que é alimento e o que não é alimento, bem como quem pode comer o quê e quando” (1979: 65). Rodrigues ressalta que o comer e o beber não são atos realizados de qualquer maneira, já que há um modo próprio de efetua-los, dependendo do ambiente no qual o indivíduo se encontra.

É necessário realizar, porém, uma distinção entre o banquete grego e o romano a fim de entendermos melhor as relações e os significados neles implicados, embora constatemos uma clara

continuidade de tal prática na Grécia e em Roma (GARNSEY, 1999:131). Na Grécia, havia um festim denominado *symposium* que tinha lugar logo após as refeições. Na ocasião, os convivas, ligados por vínculos que não eram necessariamente de parentesco, mas de estilo de vida, de formação cultural, se reuniam para consumir o vinho misturado com água. No simpósio grego, os convidados também conversavam sobre diversos assuntos, cantavam e recitavam poemas, dentre outras atividades lúdicas (CERQUEIRA, 2005: 37). Esse momento de sociabilidade é interpretado pelos especialistas como uma importante manifestação de coesão social e de unidade cultural, sendo inclusive utilizado como critério para diferenciar o grego do bárbaro, razão pela qual os ritos e regras que cercavam a comensalidade podem ser tidos como um elemento constitutivo da própria identidade grega.

Em relação ao banquete romano, nós temos o *convivium* que significa literalmente “vivendo junto”, um momento de festa e convívio com consumação de comida e bebida (DUNBABIN, 2003:4). Diferente do *symposium* grego, o banquete romano admitia a participação de mulheres devido à influência etrusca (STRONG, 2004:28). Para participar do *convivium* era necessária a utilização de trajes especiais, a *synthesis* e o *pallium*, que eram respectivamente uma túnica e um pequeno casaco. É possível perceber esse fato no primeiro livro das Saturnais, onde o anfitrião do primeiro dia de banquete, Vetio Pretextato, ressalta que nos dias destinado às saturnais, não é permitido a ninguém se ocupar com assuntos públicos e nem permanecer vestido com “a toga, com a trábea, com o manto militar ou com a pretexta.”(Sat., I,6, § 2). As

roupas aqui citadas são utilizadas principalmente por altos magistrados, ou no caso do manto militar, pelos generais, porém deveriam ser abandonadas no momento da festa.

Segundo FRANCO (2004: 43), o número de convidados também era previamente determinado e variava de três a nove convivas, como vemos em nossa fonte. O momento festivo ocorria no *triclinium*, um divã ocupado pelos participantes segundo sua proximidade com o anfitrião. Assim, o lugar do conviva no espaço físico do banquete, além dos mecanismos de distribuição dos alimentos, exprimia a hierarquia presente nesse momento festivo. Há uma relação de poder claramente exposta no banquete, afinal, a oferta de alimentos era permeada de valores e de símbolos, variando de acordo com quem oferecia o banquete: no caso de um patrono diante de seu cliente, ou seja, de cima pra baixo, a oferta deveria ser entendida como "uma condescendência generosa e preeminência social; de baixo pra cima, ela denotaria veneração e sujeição. No plano horizontal, ela significaria simplesmente a pertença comum a um grupo" (FLANDRIN; MONTANARI, 1998:109). De acordo com Strong (2004: 29), o *convivium* "era uma elegante cerimônia de civilidade, ocasião em que o homem privado saboreava suas realizações e em certa medida exibiu-a a seus pares no cenário de sua casa e de sua família".

Dessa forma, na sociedade greco-romana as boas maneiras irão definir o homem instruído, aquele que seria apto a participar da mesa. Assim, tanto em Roma quanto na Grécia, o banquete era considerado um dos sinais distintivos de civilização, pois eram as regras existentes

durante esse momento de convívio que definiam o caráter "civilizado" daqueles que dele participavam. Desse modo, o banquete poderia agregar e unir, mas também separar e até mesmo excluir um indivíduo que porventura não conhecesse as suas normas.

Segundo Carneiro (2010: 45), na Antiguidade clássica prevalece o ideal de moderação e temperança, tanto na cultura grega quanto na latina. Tais virtudes também estão presentes na discussão dos convivas dentro da obra, como um elemento essencial para o momento da festa. No sétimo livro das Saturnais, há uma discussão entre os personagens de Símaco e Eustácio, onde o primeiro questiona se a filosofia deve estar presente nos banquetes. Eustácio responde tal indagação reafirmando o respeito necessário para o debate da filosofia, porém faz a seguinte observação: “Mas se por isso será exilada dos simpósios, se afastarão também suas alunas, isto é, a honestidade e a moderação, e não menos a religiosidade junto com a sobriedade. Qual delas poderia dizer que é menos venerável?” (Sat., VII, 1, § 5, tradução nossa).

A temperança é uma das virtudes éticas de Aristóteles, onde cada uma delas se refere a das esferas da alma: “para a esfera apetitiva, a temperança; para a afetiva, a coragem; para a intelectual, a prudência; e para equilibrar todas, a justiça” (CARNEIRO, 2010:69). O conceito de temperança ou moderação (*Sophrosyne*) governa os prazeres do corpo, mais precisamente os provenientes do paladar e do tato, pois os demais sentidos com a visão, a audição, e o olfato são a contemplação do belo, e não corre o risco da intemperança. Macróbio, no decorrer dos diálogos, irá ressaltar o perigo do vício e do descontrole dos prazeres.

Mas, de fato, o prazer excessivo pelo gosto e pelo tato – duplo prazer, então – é, na opinião de homens sábios, o mais vil de todos, e aqueles, em especial, que se entregaram a esses prazeres, os gregos os denominaram, com os vocábulos que aludem ao grau extremo do vício, como akrateís ou akolástoi, e nós como incontinentes ou intemperantes. (Sat., II, 8, § 11-12)

A temperança é um ponto intermediário entre dois vícios: um causado pelo excesso e o outro pela carência. Segundo Carneiro (2010:71) “Os antigos viam na temperança uma equidistância tanto do excesso como da abstinência. O ‘caminho do meio’ era, nesse como em outros casos, o mais correto e virtuoso”. Na obra de Macróbio, Vetio Pretextato, alerta exatamente para o perigo de ceder a algum dos vícios e não manter o equilíbrio necessário.

Posto que nas saturnais, o dia mais feliz, segundo o poeta de Verona, não devemos repudiar o prazer, como se fosse um inimigo, como fariam os estoicos, nem tampouco colocar o bem supremo no prazer, na maneira dos epicuristas, pensemos em uma alegria carente de lascívia(...). (Sat., II, 1, § 8)

Uma das principais discussões envolvia a ingestão do vinho. Na Antiguidade, a forma como se realizava o consumo da bebida distinguia o indivíduo civilizado do bárbaro. O fato de se ter o cuidado com o uso do vinho, revela que isso porta um significado: de civilização, de distinção. Uma prática comum, era a mistura do vinho com a água para dosar a bebida realizada nas *crateras*, que são recipientes próprios para essa prática.

Segundo o personagem Eustácio, quando se bebe com moderação, o indivíduo consegue se controlar e facilmente retomar às suas atividades diárias. Porém, se há a perda de controle, todos os afetos e segredos serão revelados devido à liberdade que o vinho lhe dá (Sat., II, 8, § 6-7).

“Na verdade, aquele que desconhece os encantos e prazeres dos banquetes e que não têm a menor experiência deles, se por acaso sua própria vontade o leva, ou a casualidade o conduz, ou a necessidade o empurra a participar dos prazeres de tal natureza, é imediatamente seduzido e subjugado, e nem sua mente nem seu espírito se mantêm firmes. Há, portanto, que iniciar um combate e como se em um campo de batalha, lutar corpo a corpo com os prazeres e com esse desenfreno por vinho, a fim de se proteger contra eles; não com a fuga ou com a abstinência, mas com a força do caráter e com sangue frio, e conservar, com o uso moderado, a temperança e a moderação.” (Sat., II, 8, § 8-9)

Eustácio, na última passagem, alerta para a prudência durante o momento do banquete. É possível perceber que o homem não deve ser guiado pela sua própria vontade, pelos prazeres e por sua necessidade, mas deve combater tais vícios buscando a moderação e a temperança.

Considerações finais

Os convivas no diálogo se preocupavam com a temperança, uma virtude que deveria estar presente no momento do *convivium*. A transgressão dos códigos de conduta ali presentes traz sobre eles o caráter de intemperantes e até mesmo de bárbaros, podendo construir ou reforçar a identidade desse grupo. Através dos trechos aqui expostos, foi possível identificar regras que são citadas na obra e perceber que o ambiente da

festa está permeado por normas que irão moldar o corpo desse comensal. Macróbio não representa as saturnais como um período de aniquilamento de uma ordem, mas uma festa que possui suas leis para o cumprimento do ritual.

Referências Bibliográficas

Documentação Primária Impressa

MACROBIO. *Saturnales*. Traducción de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2010.

Referências Complementares

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

AGNOLON, A. *A Festa de Saturno: o Xênia e o Apoforeta de Marcial*. 2013. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BLOCH, H. El renacimiento del paganismo en occidente a fines del siglo IV. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (Org.). *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p. 207- 232.

BROWN, P. *O fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CAMERON, A. *The Last Pagans of Rome*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011.

CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CARNEIRO, H. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CERQUEIRA, F. *Música e gênero no Banquete: o registro da iconografia ática e dos textos antigos (sec. VI-V a.C)*. In: LESSA, Fabio Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria. (Org.). *Memória & Festa*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 37-47.

DUNBABIN, K. *The roman banquet: images of conviviality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FERNANDES, A. T. *Ritualização da Comensalidade*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1995. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. Sociologia, Porto, I Série, vol. 7, 1997.

FLANDRIN, J. L. MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GARNSEY, P. *Food and society in classical antiquity*. New York: Cambridge University Press, 1999

GONÇALVES, A. T. M.. *A Festa como Fronteira: Repensando o Ordenamento do Poder na Roma Imperial*. In: XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh, 2009, Fortaleza - CE. *Anais do Simpósio Nacional de História*. Fortaleza - CE: Ed. UFCE, 2009. v. 1. p. 1-15.

_____. *Os Severos e a Anarquia Militar*. In: SILVA, G. V.; MENDES, M. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Vitória: EDUFES, 2006. p.175-191.

GUARINELLO, N. L. *Festa, Trabalho e Cotidiano*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001. V.2, P.969-975.

JONES, A. H. M. El trasfondo social de la lucha entre el paganismo y el cristianismo. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (Org.). El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p. 31-52.

REMÓNDON, R. La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurelio hasta Anastacio. Barcelona: Labor, 1967.

RODRIGUES, J. C. Tabu do corpo. Rio de Janeiro: Achiame, 1979.

SILVA, G. V.; MENDES, N. Diocleciano e Constantino: A construção do DOMINATO. IN: SILVA, G. V.; MENDES, N. (Org.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura. Vitória: EDUFES, 2006.

STRONG, R. Banquete: uma história ilustrada dos costumes e da fartura à mesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VALERI, V. Festa. In: ROMANO, R.(Dir.) Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1972, p. 402-415.v. 30

VEYNE, P. Humanitas: Romanos e não-romanos. In: GIARDINA, Andréa. (Ed.). O Homem Romano. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1992, p. 296.

Recebido em: 10/06/2015

Aceito em: 10/04/2016

HUGO DOS REIS E A SOCIEDADE PONTA-GROSSENSE: A ATUAÇÃO DO JORNALISTA NO *DIÁRIO DOS CAMPOS*

HUGO DOS REIS AND THE SOCIETY OF PONTA GROSSA: THE WORK OF THE JOURNALIST AT *DIÁRIO DOS CAMPOS*

*Isaias Holowate*¹

Resumo:

O presente artigo faz um estudo da atuação do jornalista Hugo dos Reis na sociedade ponta-grossense entre os anos de 1908 e 1921. Tendo vindo do Rio de Janeiro em 1908, ele atuou em Ponta Grossa junto ao jornal local *O Progresso* – depois *Diário dos Campos* –, em diversas funções, sendo redator, diretor e posteriormente, proprietário do jornal. No periódico, promoveu o surgimento de uma classe de colaboradores da publicação, permitindo a presença de uma diversidade de representações sobre a sociedade daquele período. Na pesquisa utiliza-se como fonte, as publicações dos jornais *O Progresso* e *Diário dos Campos* e entre 1908 e 1921 e embasados pela teoria das Representações do historiador Roger Chartier, analisa-se os sentidos produzidos pelo jornalista sobre o meio social ao qual fez parte, compreendendo que as representações são socialmente construídas e se relacionam com o ambiente social e cultural em que seus signos são produzidos.

Palavras-chave: Representações; Relações sociais; Diário dos Campos.

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Abstract:

The following article observes the work of the journalist Hugo dos Reis in the society of the city of Ponta Grossa on the years between 1908 e 1921. Coming from Rio de Janeiro in 1908, he worked on the local paper *O Progresso* – and after that in the *Diário dos Campos* – in various assignments, being a drafter, director and soon after, owner of the newspaper. He was responsible for bringing up a new class of collaborators to the publication, allowing for a diversity of representations about the society of that time period. In this research we use the publications of the newspaper *O Progresso e Diário dos Campos* that were created in the time period between 1908 and 1921 as sources and we base our conjectures on the Theory of Representations of the historian Roger Chartier by analyzing his impressions about the social ambient where he was inserted, understanding that those representations are social constructs and relate to the social and cultural ambient where their signs are reproduced.

Keywords: Representations; Social Relations; Diário dos Campos.

Introdução:

No ano de 1908, o jornalista carioca Hugo Mendes de Borja Reis chegou a cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Tendo fixado residência, ele que já tinha experiência com o jornalismo no Rio de Janeiro, tratou de ligar-se ao periódico local *O Progresso* – que depois se chamaria *Diário dos Campos* – onde atuou entre os anos de 1908 e 1921, participando da equipe editorial do jornal.

Sua atuação junto a imprensa ponta-grossense é um dos principais responsáveis pela presença, no jornal, de uma diversidade de representações sobre a sociedade daquele período. O jornalista possuía uma formação cultural que em diversos aspectos se diferenciava dos

princípios habitualmente defendidos pelos grupos locais e particularmente, a burguesia letrada urbana ao qual o jornalista buscou se inserir.

Na sua participação no jornal, ele teve ocasião de afirmar seus preceitos, questionar princípios aos quais não concordava e ser inquirido e acusado sobre seus posicionamentos, em virtude das suas convicções políticas, sociais e religiosas. Defensor do espiritualismo científico², Reis foi também um combatente em favor das causas sociais e se posicionou defendendo bandeiras relativas à melhoria da educação (REIS, 9 Out. 1915: 1) e da saúde (REIS, 27 mar. 1918: 1).

Uma das características da participação de Hugo dos Reis na sociedade ponta-grossense, foi o seu reconhecimento no meio jornalístico local. Numa época de fortalecimento das profissões liberais, a sua reconhecimento no meio jornalístico ponta-grossense foi possível graças a aceitação da sociedade local e do grupo ao qual ele se inseriu, que aceitou-o como membro (HOLOWATE, 2015b). O historiador Roger Chartier, ao defender que as relações sociais são determinantes para construção das representações sobre a atuação do indivíduo, aponta que: “A realidade de uma posição social não é mais do que aquilo que a opinião

² Espiritualismo científico é a uma corrente ideológica que atingiu boa parte da intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Partindo do movimento Kardecista, teve notoriedade na segunda metade do século XIX, após a morte de Allan Kardec, e a primeira metade do século XX. Seus propagadores associavam o discursos espiritualista com científico e que deveria ser compreendida no sentido estrito da palavra. Segundo Maldonado (2008: 11) “boa parte da intelectualidade brasileira do século XIX interessou-se pela doutrina espírita e até mesmo converteu-se a ela”.

considera que ela é: “É o reconhecimento, pelos outros, da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, decide sobre essa mesma qualidade” (CHARTIER, 1990: 112).

Na pesquisa, a fonte³ utilizada consiste de publicações da imprensa ponta-grossense, do jornal *O Progresso* entre 1908 e 1912, e do seu sucessor, o jornal *Diário dos Campos*, entre os anos de 1913 e 1921, na época em que o Hugo dos Reis fez parte do corpo editorial da publicação. A utilização de fontes jornalísticas em pesquisas históricas, tem se tornado mais comum nas últimas décadas, principalmente após a diversificação das fontes e métodos de pesquisa promovidos pela terceira geração da *Escola dos Annales* (LE GOFF e NORA, 1978: 11-12).

Luca (2011: 111-153) aponta para os avanços na pesquisa em jornais, que se tornaram uma importante fonte de pesquisa para diversas áreas. Os documentos jornalísticos contêm uma diversidade de representações sobre seu tempo e apresentam uma variedade de possibilidades de pesquisa, pois, tais documentos, além de serem uma ferramenta comunicativa, trazem consigo os usos sociais da notícia e revelam interesses aos quais essas publicações defendem. Estudar o jornal pode possibilitar uma melhor compreensão das formas com que indivíduos pertencentes a determinados grupos, pensam, praticam e representam a sua realidade.

³ Nas citações de fontes, optou-se por realizar a transcrição literal das fontes, de forma a manter a fidelidade da grafia e a historicidade dos termos do período estudado.

A pesquisa em periódico envolve o reconhecimento da fonte como uma ferramenta que constrói uma realidade. Ao mesmo tempo, as representações construídas nas páginas dos periódicos são influenciadas pelo meio social ao qual fazem parte, realizando uma constante troca de informações. O jornal, ao mesmo tempo em que influencia a opinião de seus leitores, também sofre influência dos grupos que acessam à publicação, sejam eles os patrocinadores, produtores, colaboradores ou consumidores (PONTES e SILVA, 2012: 52).

Na análise de representações em jornais, também é importante atentar para a historicidade da fonte e das representações nela contidas. Por isso, faz-se importante que esses documentos sejam submetidos ao crivo de uma pesquisa que envolva a utilização de um método. Sobre os aspectos metodológicos de pesquisa nos jornais, Luca (2011: 140) afirma que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas. [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou a revista pretende atingir.

Por isso, compreende-se que as publicações de um jornal não apresentam a “verdade por si só”; são documentos socialmente construídos e dizem respeito à cultura na qual foram produzidas. Portanto, no

estudo das representações nos jornais deve-se entender que as publicações presentes em uma edição são ressignificações da realidade.

Para os estudos dessas ressignificações toma-se por pressuposto os princípios da Teoria das Representações, defendido pelo historiador Roger Chartier, que compreende a relação da realidade/representação através da relação signo - significado “entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objecto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER,1991:184). Na representação “o real assume [...] um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é”, (CHARTIER, 1990: 62) e deixando para trás a dualidade verdade/ficção, a História das Representações busca compreender as representações da realidade produzida pelo indivíduo.

Por ser o jornal um documento histórico, a análise das representações busca compreender os fatores que determinaram os discursos do periódico, e suas especificidades, desde seu formato, abrangência, apresentação, paginação, sua estrutura das matérias, colaborações, hierarquias discursivas e debatidas, além de analisar o contexto e texto em que tais matérias forma produzidas.

Portanto, para a compreensão das representações produzidas por Reis sobre o seu tempo, faz-se necessário entender o contexto social do qual ele fazia parte, investigar a estrutura do jornal nesse período, a estruturação e as transformações na sociedade em que ele veio a residir, e no estudo da construção de sentidos do jornalista sobre a sociedade local, compreender nas publicações do jornalista e seus colegas de peri-

ódico, as relações estabelecidas no âmbito do jornal e as representações produzidas sobre a sociedade em que ele vivia.

A sociedade ponta-grossense do início do século XX

A sociedade ponta-grossense em que Hugo dos reis se inseriu, havia passado por um período de uma crise na economia rural na segunda metade do século XIX, o que deu origem a uma diversificação da economia, que passou a ser estruturada nas recém-criadas indústrias como a madeireira (KOHLRAUSCH, 2007: 20) e a ervateira (LEANDRO, 1995: 12).

As transformações econômicas ocorreram contiguamente ao fenômeno de urbanização da cidade, provocando uma modificação estrutural na sociedade. No final do século XIX, a região passou por um período de intensa imigração que trouxe pessoas de diversas nacionalidades, possibilitando a existência de uma sociedade caracterizada por uma multiplicidade cultural. A população ponta-grossense passou entre o final do século XIX e o início do século XX, de 4774 habitantes de acordo com o Censo de 1890, para 20771 no Censo de 1920 (PINTO, 1980: 61).

Nesse período se estabeleceu uma distinção mais clara entre o rural e o urbano (PEREIRA, 1996: 97-115), criando-se um sentimento de identidade urbana. A atuação na cidade, associado cada vez mais à

riqueza e ao progresso, acentua e diferencia o meio rural da urbanidade ponta-grossense. Tal como afirma Zulian (1998: 40):

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade. Em função destas transformações, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade”.

O fenômeno da urbanização também modifica o imaginário da cidade. Anteriormente, as cidades dos Campos Gerais⁴, além de serem pequenas e quase indistintas da área rural, se caracterizavam por uma dependência em relação à economia das fazendas e do tropeirismo, ambas as atividades principalmente rurais. Contudo, a partir do final do século XIX, com a urbanização e industrialização, a população campestre orbita a cidade, que passa agora a ser um local de atração. A cidade é o lugar do progresso, por excelência. Lá se discutia política e sociedade, se comercializava matérias-primas e produtos industrializados, e uma parcela da população se divertia nos lugares morigerados⁵ ou não. Estar

⁴ A região dos Campos Gerais no Paraná ocupa uma faixa de território do Segundo Planalto paranaense, entre o Planalto Curitibano e o Planalto de Guaruapuava. Caracteriza-se por ser uma região campeira, que durante os séculos XVIII e XIX, foi ocupada pela economia tropeira, com a instalação das fazendas de engorda dos animais que passavam pela região.

⁵ O termo “morigerado” era frequentemente utilizado na sociedade paranaense do século XIX para referir-se aos indivíduos cujas qualidades eram defendidas pelas elites socioeconômicas. O indivíduo morigerado era aquele que defendia o

na cidade era um símbolo de status superior para os grupos modernizantes da população.

Nessa época, muitos dos filhos de fazendeiros partiam em direção às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde realizavam seus cursos de bacharéis, e após retornarem à região, assumiam postos de empregos públicos e cargos na política ponta-grossense (LEANDRO, 1995: 13).

Nesse mesmo período, os códigos de postura buscam regrar as práticas sociais da população, através da ordenação dos espaços urbanos e a busca pelo estabelecimento de normas de controle das ações dos indivíduos (PEREIRA, 1996: 6). Ao mesmo tempo, a ordenação da população procurava criar uma identidade cultural de classe média em torno dos discursos progressistas doutrinadores daquele momento, como a ideologia de ciência que se tornava cada vez mais poderosa.

A noção de civilização se afirmaria, principalmente, no caráter desse progresso. É um progresso, em seus diversos aspectos, à moda européia. A cidade vai surgindo como uma urbe cosmopolita, onde o comércio, a estrada de ferro, o novo arruamento, as construções, os habitantes (sérios, ordeiros, empreendedores) e seus novos hábitos civilizados são elementos denotativos de uma “nova Ponta Grossa” (ZULIAN, 1998: 53).

trabalho, a acumulação de capital, comportando-se de acordo com as leis e regras de etiqueta sociais. Os não-morigerados eram aqueles que constriam essas regras e constituíam a grande maioria da população. (PEREIRA, 1996: 5)

Essa nova burguesia contava com muitos personagens que defendiam os ideais positivistas. O progresso é associado à ocupação do interior e ao desenvolvimento tecnológico da região. Assim como a chegada da ferrovia, a criação do periódico *O Progresso* - que viria a ser o *Diário dos Campos* - representam, nesse momento, como aponta Chaves (2011: 30-31), algo que tendia a ser percebido por alguns grupos da sociedade local, como um importante avanço da cidade rumo a sua modernização.

O aumento populacional significou também um aumento de necessidades de estruturas políticas e sociais capazes de atender às recentes demandas da população. Segundo os colaboradores do *Diário dos Campos*, a estrutura municipal não tinha condições de arcar com o preço da urbanização, e as transformações na estrutura urbana não acompanharam as mudanças sociais, acentuando os problemas no ambiente citadino e tornando as condições de vida difíceis para a maioria da população mais pobre.

Portanto, a cidade de Ponta Grossa se urbanizou sem haver propriamente uma preocupação das autoridades com a massa que imigrava para a região. Os constantes apelos dos colaboradores do jornal para o risco de uma degeneração racial citam a falta de estrutura sanitária, cultural e social para atender à população. Com o crescimento populacional houve um inchamento da cidade, provocando a multiplicação das tensões sociais. As publicações do *Diário dos Campos* denunciavam constantemente a intensificação da criminalidade na área urbana, e supostos

“males” como o “jogo”, a “prostituição”, o “alcooolismo” e a “vagabundagem”. Com uma estrutura sanitária escassa, a cidade era também vítima constante de epidemias de tifo, sífilis e febre amarela. As páginas do jornal constantemente reclamam ações das autoridades em relação aos problemas da cidade em expansão.

A personalidade de Hugo dos Reis no *Diário dos Campos*

O discurso jornalístico do *Diário dos Campos*, no início do século XX, esteve sempre atrelado às ideologias de ciência e progresso. Ambas estiveram presentes no cenário nacional desde o movimento de Proclamação da República, sendo que *O Progresso* foi o nome utilizado inicialmente pelo jornal publicado pela primeira vez em 27 de abril de 1907 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 abr. 1922: 1) em Ponta Grossa, com uma tiragem de 300 exemplares.

O jornal foi criado por Jacob Holzmann, um imigrante russo-alemão que chegou à cidade no final do século XIX, e que teve uma grande importância na política ponta-grossense. Holzmann foi membro de uma burguesia atuante na cidade, um dos fundadores da *Companhia Tipográfica pontagrossense* e personagem influente das discussões políticas locais, tendo sido considerado por José Cadilhe como o “Fundador da Imprensa de Ponta Grossa” (CHAVES, 2011: 29). O jornal inicialmente publicado quinzenalmente, após poucas edições, passou a ser publicado a cada três dias.

A publicação consistia, durante a maior parte do período analisado, de 4 páginas, sendo as duas últimas voltadas principalmente para anúncios comerciais. Os editoriais geralmente eram posicionados na primeira página, muitas vezes no topo. Esse posicionamento dos discursos na publicação demonstra a importância que a opinião dos pensadores locais tinham para os produtores, assinantes e compradores do jornal nesse período.

O objetivo do periódico era promover a sociedade local, divulgando as peculiaridades da cidade, tal como afirma Chaves (2011: 30):

[o objetivo do periódico era divulgar] *os acontecimentos políticos; as atrações culturais; a vida social; os avanços urbanos e tecnológicos e os problemas decorrentes de tais avanços; os acontecimentos fortuitos e pitorescos; quem chegava e quem partia; tudo era objeto das colunas publicadas em O Progresso.*

Em 1º de janeiro de 1913 o periódico, agora de propriedade da Companhia Tipográfica Pontagrossense, se torna finalmente um diário, passando a se chamar *Diário dos Campos*, o que demonstra a aceitação da publicação por parte dos leitores.

A publicação acompanhava, refletia, questionava e debatia sobre os mais variados acontecimentos aos quais a sociedade pontagrossense entrava em contato naquele período. Tendo surgido em uma época de industrialização da cidade, o periódico foi conquistando espaço no público dos Campos Gerais na medida em que a cidade foi aumentando sua influência na região (REIS, 8 Out. 1915: 1) e se tornou o jor-

nal de maior circulação na região. Numa época em que alguns grupos sociais se apropriavam dos ideais progressistas, o periódico também surgiu, nas palavras de seu fundador, “pequerrucho”, mas com “o progresso” até no título. Tal como afirma Holzmann (27 abr. 1915: 1) na edição comemorativa dos oito anos do periódico:

Faz hoje oito annos que veio à luz um “pequerrucho”, conforme mostra o retrato da nossa primeira página, o qual era para receber o nome de “O Pontagrossense”, mas, devido ao seu raquitismo, não pode comportar este extenso nome, e foi então que o batizaram de “O Progresso”, cujo nome antigo e batido veio a calhar, porque não só ele progrediu, como toda a cidade o acompanhou na mesma vereda.

Durante o período de publicação, personagens eminentes como Belisário Pena, Rui Barbosa e Olavo Bilac foram reproduzidas no periódico, além de entrevistas concedidas ou discursos públicos reproduzidos na publicação.

Nas publicações do periódico é constante a preocupação de buscar – ao mesmo tempo em que se associava com os discursos científicos da época - falar na linguagem popular para atingir um maior número da população letrada ponta-grossense.

Contudo, desde a sua fundação, o jornal enfrentou constantemente as dificuldades financeiras, passando pelas mãos de diversos proprietários, nos seus primeiros anos, dando origem a discussões, inclusive, sobre a sua continuidade ininterrupta, em virtude das constantes trocas de chefia. Porém, considera-se que a presença de Jacob Holz-

mann e Hugo dos Reis nos primeiros anos, e a preocupação do jornal de após 1912, mesmo com a mudança de nome para *Diário dos Campos*, em ostentar o sub-título de *Ex-O Progresso* – que se manteve até a saída de Hugo dos Reis – asseguram a publicação manteve uma continuidade ininterrupta.

O jornal, mesmo nos seus primeiros anos, já enfrentava diversas dificuldades para sua manutenção, pois faltava o apoio de patrocinadores e anunciantes, além de ter escassos investimentos, inadimplência dos assinantes e falta de colaboradores qualificados. Nesse aspecto, a entrada de Hugo dos Reis em meio à equipe improvisada que dava vida ao periódico é um fato fortuíto, pois Reis era o primeiro jornalista de profissão que iria atuar no jornal.

Em Ponta Grossa, Hugo dos Reis se tornou um dos ícones do jornalismo. Tendo nascido em Valença, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1884, e migrado para Ponta Grossa, em 1908, com 23 anos completados, sua vinda se deu por recomendação médica para cuidar de um problema de saúde. Após ter chegado à cidade, desde logo buscou atuar no jornalismo local, indo visitar a redação do recém-fundado *O Progresso*. Epaminondas Holzmann (2004: 269), filho do fundador do periódico ponta-grossense, rememora sobre o primeiro contato de Hugo dos Reis com o jornal ponta-grossense:

[...] se apresentou, na gerência do jornal, um moço cujo traje logo chamou a atenção: fraque bastante rostido e reluzente, gravata tipo borboleta, chapéu--coco a cobrir uma basta cabeleira en-

caracolada. Esquálido, com a dentadura saliente e enormes bigodes lusitanos, mais se assemelhava a um agente de empresa funerária, ou então a um poeta trágico, pronto para puxar do bolso tiras e tiras de papel carcomido, com versos e mais versos procura de editor.

Reis, que também era poeta, foi aceito e começou a atuar como redator literário, tornando-se pouco tempo depois, o redator do periódico, onde no período entre 1908 e 1921, galgou as funções desde a redação, até a direção, e após 1915, tornou-se proprietário da publicação, onde se manteve até 31 de agosto de 1921.

Durante sua participação, o jornalista acompanhou os desafios e as mudanças na sociedade e buscou refletir nas páginas da publicação, envolvendo-se constantemente em debates políticos e sociais da Ponta Grossa de sua época, tendo participado de diversas campanhas, como pela fundação de uma agremiação de luta pelos direitos dos trabalhadores, pela promulgação do espiritismo, pelo povoamento do interior, e pelo reflorestamento da região, que já era alvo das indústrias madeireiras.

Numa Ponta Grossa que até 30 anos antes fora tipicamente escravagista⁶, que mesmo após ser sancionada a lei da abolição de 1888,

⁶ De acordo com o historiador Magnus de Mello Pereira, que elaborou uma tabela sobre a situação da sociedade paranaense com base no relatório do governador Zacarias de Góes e Vasconcelos, Ponta Grossa possuía por volta de 1850, uma população de 3.033 habitantes, dos quais 1.889 eram considerados brancos e outros 1.144 eram compostos por pessoas consideradas pardos ou pretos. Das pessoas consideradas não brancas, 1.059 eram escravos, o que sig-

não havia superado, o regime social e cultural de discriminação racial que existia durante a escravidão, e onde a presença constante de discursos sobre a raça apontam para a existência de racismo mesmo após a libertação dos escravos, também Hugo dos Reis, foi alvo de atitudes racistas por parte dos colaboradores do jornal ponta-grossense *Diário do Paraná*, tendo a publicação rival afirmado que Reis era negro de “más acções”, o que, numa época em que a associação entre raça e qualidade morais era comum⁷, equivalia a afirmar que o redator do Diário dos Campos era dotado de defeitos morais e racialmente inferior. A defesa de Reis no editorial intitulado “Uma resposta”, apresenta, contudo, uma visão de raça diferente do discurso comum na sociedade ponta-grossense daquele período, pois o jornalista afirma que suas ações, e não a sua cor, é que definiam a sua personalidade. Defendendo-se das acusações do redator do *Diário do Paraná* Reis afirma que:

O negro que mereceu atenção do redactor do “Diário” sou eu [...] nunca fui nem serei desordeiro [...] quanto à ser negro, louvo ao céu por ter-me feito assim, porque poderia ter-me feito

nifica que, 92,57% da população não-branca de Ponta Grossa era escrava. (PE-REIRA, 1996: 53-54).

⁷ A ascensão da eugenia provocou mudanças significativas na forma que a sociedade do final do século XIX e início do século XX interpretava o mundo, havendo neste momento, um discurso que legitimava e ao mesmo tempo exigia ações dos cientistas com o intuito de provocar modificações na sociedade. A raça se tornou um fator determinante para a evolução da sociedade e o aprimoramento racial era percebido como a melhor possibilidade de promover o crescimento de uma nação (SILVEIRA, 2005: 32).

branco, mas branco de acções negras como essas que acaba de praticar o redactor do “Diário” [...] A raça preta de Ponta Grossa, penso eu, sente-se muito feliz com o desprezo dos homens do “Diário”, cuja affeição elles dispensam ou devem dispensar”. (REIS, 27 jul. 1909: 2).

Em outro caso, Hugo dos Reis, foi agredido com uma violenta pancada na cabeça, em 28 de maio de 1.909, correndo o risco de ser linchado por um grupo de seus rivais. O fato foi inclusive noticiado no jornal paulista, *O Estado de São Paulo*, na edição de 29 de maio de 1909. De acordo com a publicação do jornal paulista, reproduzida no *Diário dos Campos*, em 8 de junho do mesmo ano, o jornalista foi atacado pelo “Sr. Generoso Borges, redactor do Diário do Paraná” quando saía da redação do *Diário dos Campos*. Hugo dos Reis teria sido agredido em virtude de seu constante posicionamento sobre questões políticas da sociedade local. Assim como o periódico paulista, nos dias seguintes, dezenas de publicações de colaboradores lamentam o fato, e questionam a atitude tomada pelo redator do *Diário do Paraná*, que feria os direitos de livre expressão, algo defendido por Reis e pela imprensa (DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 jun. 1909: 1).

Também o fato de ser um emigrado do Rio de Janeiro lhe rendeu dissabores. Num período de ascensão dos discursos regionalistas, e em especial do paranismo⁸, Reis também foi acusado de ser um estran-

⁸ O paranismo foi um movimento regionalista, surgido a partir dos meios intelectuais paranaenses, foi definido em 1927, por Romário Martins, para nomear aqueles que possuíam um “amor pelo Paraná” e lutavam pela “glorificação” do

geiro no solo paranense, e de não ser propriamente um paranaense. Reis defendeu-se em um editorial em 1915, afirmando a honestidade de sua gratidão em relação ao Paraná:

É preciso também, que de uma vez por todas, que se fique sabendo que o Paraná é meu, é o meu Estado. Aqui eu renasci de moléstia incurável que, maravilhosamente, se curou...o ser tellurico da terra passou para o meu organismo e talvez eu não precise, como o kaiser, derramar algumas gotas de sangue fluminense para ficar inteiramente paranaense. O poucochito que por ahi pelas pedras das calçadas ficou derramado, em guerra aberta e acesa, o foi pela questão dos limites. E, talvez, não precise reviver a scena kaiseriana pois segundo uns, o cerebro se renova inteiramente a cada 7 anos – o tempo exacto que eu cá estou; sendo, como o corpo, o meu pensamento, paranaense (REIS, 18 fev. 1915: 1).

Da mesma forma que Euclides da Cunha acompanhou a quarta expedição contra Canudos, Hugo dos Reis visitou as áreas de confronto durante a Guerra do Contestado, na fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, observando a atuação do exército na região e notando a pobreza e as más condições sanitárias e sociais da população, abandonada pelo poder central.

Durante a sua estadia no periódico, Hugo dos Reis também promoveu diversos concursos culturais com o objetivo de estimular o

Estado. Contudo, os inícios do movimento surgem logo após a emancipação política do Estado em 1853, e durante a disputa entre o Paraná e Santa Catarina pela região do Contestado, os animos paranistas são exacerbados (BATISTELLA, 2012: 1)

aumento de colaboradores e permitiu a existência de uma diversidade de discursos que permitem a presença de uma multiplicidade de representações sobre os mais diversos aspectos da sociedade local. Manteve também a presença de diversos colaboradores, sendo que a maioria deles eram pertencentes à crescente burguesia urbana de Ponta Grossa. Os colaboradores, pertenciam a uma classe letrada, progressista e adepta dos ideais modernizadores da sociedade paranaense, e compunham o que se compreende como os “intelectuais locais”, que, de acordo com os historiadores Chaves e Karvat (2013: 2), era constituído por:

notadamente escritores, que se pautando em diferentes leituras, autores e referências, participaram ativamente das discussões locais. Cabe ressaltar que essas discussões, quando problematizadas, deixam entrever questões de ordem mais ampla, referentes à aspectos nacionais – de foro social, econômico e/ou político – e/ou, mesmo, internacional, principalmente naquilo que toca os grandes dilemas históricos do século passado, sejam os grandes conflitos bélicos e/ou a implantação de diferentes regimes políticos. Perceba-se que, com isto, o local (ou sua noção) é, aqui, tomado a partir de um jogo de escala, e não mais a partir de, apenas, elementos menores e/ou curiosos. Com essas possibilidades, ou a partir delas, se abrem novas e amplas possibilidades de problematização e investigação.

Alguns dos principais colaboradores do jornal, como Julio Xavier e Flávio Carvalho Guimarães eram advogados. Alcídio Ribeiro era professor e Francisco Barbosa Maciel que afirmava ter experiência na Real Universidade de Berlim era médico. Atuava em Ponta Grossa rea-

lizando consultas nas farmácias *Minerva*, e atendia em outros horários na sua residência.

Epaminondas Holzmann, filho de Jacob Holzmann, fundador do *Diário dos Campos*, aponta ironicamente no livro “Cinco histórias Convergentes”, a liberalidade de Hugo dos Reis, pois segundo o autor, Reis “tolerava todos os poetas de água doce que apareciam na redação, dando-se mesmo ao afanoso trabalho de refazer os escritos de certos colaboradores” (HOLZMANN, 2004: 30).

A atitude amistosa do redator em relação aos colaboradores se demonstrava como na atitude tolerante no caso dos artigos sobre a germanização do sul do Brasil de F. Barbosa Maciel, em que Hugo dos Reis se limita a publicar logo embaixo da última parte do artigo uma nota em que afirma em nome do jornal que “não precisamos declarar que sob muitos pontos de vista (...) nossa redação se acha em completo antagonismo com este artigo de fundo” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 dez. 1915: 1).

Hugo dos Reis, enquanto esteve à frente da publicação, permitiu a existência de uma diversidade de discursos em relação às questões sociais e raciais brasileiras, inclusive permitindo a publicação de pensamentos opostos às suas convicções, como nos casos em que colaboradores do jornal publicam artigos defendendo práticas de eugenia restritiva como a restrição racial e matrimonial. Foi graças à sua liberalidade que é possível a presença de uma diversidade de discursos e representações sobre a sociedade ponta-grossense naquele período, tornando os

anos de 1908 até 1921, um período rico em produções e diversidade de representações sobre a sociedade no jornalismo ponta-grossense.

Considerações Finais

Os discursos produzidos por Hugo dos Reis, são representações da realidade, ressignificadas a partir da visão do jornalista. Nesse aspecto, concordamos com Chartier, quando este defende que os significados das representações são socialmente construídos e aponta para a necessidade de se “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990: 16).

No momento em que o jornalista se estabelece em Ponta Grossa, a sociedade local passava por ser um período de constantes mudanças, com a abolição da escravidão, a chegada dos imigrantes, o aumento populacional e urbanização, diversificação da economia, surgimento de novas profissões, ascensão de novos discursos científicos e sociais, entre outros. E nessa cidade em burburinho com as novas descobertas, que Hugo dos Reis vem morar, sendo também ele um indivíduo representante das novas classes, por ser um membro da recém surgida imprensa ponta-grossense.

Ao mesmo tempo, compreende-se que as representações que Hugo dos Reis constrói no *Diário dos Campos* possuem uma íntima relação com os interesses do grupo social ao qual ele faz parte. Os dis-

curso do jornalista buscam apoiar o surgimento da classe jornalista no meio local, e as representações que produz, atendem aos interesses dessa classe. Sobre a importância dos interesses do grupo na construção das representações, Chartier, afirma que “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990: 17).

O estudo é concluído no momento em que Hugo dos Reis deixa a publicação, em 31 de agosto de 1921. A partir desse momento, o jornal passa para as mãos de outros responsáveis, primeiramente o advogado Dr. Toscano de Brito e depois José Cadilhe. Após essa data, Hugo dos Reis continua por alguns anos como uma figura eminente da sociedade ponta-grossense. Contudo, na metade da década de 1920, ele se muda para o interior de São Paulo. A maioria dos outros colaboradores ainda é citada e alguns publicam alguns artigos pelo periódico, como Flávio C. Guimarães, que continuou atuando na cidade como advogado. Todavia, a sua presença é mais esparsa. Enquanto isso, outros pensadores mais polêmicos como F. Barbosa Maciel e Martins Pinto, desaparecem das páginas do jornal.

No momento pós-Hugo dos Reis, o jornal perde parte da combatividade dos discursos. Não encontram-se mais os debates acirrados que envolveram dezenas de edições e que apresentaram uma diversidade de representações como aquele envolvendo o médico F. Barbosa Maciel e colaboradores do jornal, como Flávio C. Guimarães e Junqueira e Guer-

ra entre os anos de 1915 e 1916 (HOLOWATE, 2015). O jornal se torna mais de pensamento unilateral, e menos aberto às discussões que tanto caracterizaram a publicação enquanto esteve sob a égide do jornalista Hugo dos Reis.

FONTES CITADAS

Diário dos Campos. 15 Anos passados. Ponta Grossa, 27 abr. 1922, p. 1.

_____. Ponta Grossa. 27 de dezembro de 1915, p.1.

HOLZMANN, Jacob. 8 Anos. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27 abr. 1915, p. 1.

O caso de Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 8 Jun. 1909, p. 1.

REIS, Hugo dos. Ponta Grossa no Estado. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 8 de outubro de 1915, p. 1.

_____. Deixando a chefia. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 18 fev. 1915, p. 1.

_____. Instituto disciplinar. *Diário dos campos*. 27 mar. 1918, p. 1.

_____. O grupo escolar de Palmas. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 9 out. 1915, p. 1.

_____. Uma resposta. *O Progresso*. Ponta Grossa, 27 jul. 1909, p. 2.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 6 n. 11. Dourados, UFGD; jan/jun 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Ed. Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, nº.11, jan/abr. 1991, p. 173-191.

CHAVES, Niltonci Batista; KARVAT, Erivan Cassiano. *Intelectuais, Discursos e Instituições*: as relações entre a História Intelectual (e/ou de Intelectuais) e a História Local (reflexões sobre possibilidades de pesquisa). Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2013.

CHAVES, Niltonci Batista. *Entre “preceitos” e “conselhos”*: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Curitiba, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2011.

HOLOWATE, Isaias. *F. Barbosa Maciel versus Flávio C. Guimarães*: Debates eugenistas em Ponta Grossa. Anais da X Semana de História. Irati: UNICENTRO, 2015.

_____. Relações de poder: A contenda entre o Jornal Diário dos Campos e a Câmara Municipal no alvorecer da imprensa ponta-grossense. *Revista Mídia & Contexto*, v. 02, nº 04, p. 1-17; ago-set. 2015.

HOLZMANN, Epaminondas. *Cinco Histórias Convergentes*. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

KOHLRAUSCH, Arlindo Jonas Fagundes. *Introdução à história da arquitetura em Ponta Grossa/Pr: As casas de madeira – 1920 a 1950*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP; 2007, p. 20.

LEANDRO, José Augusto. *Palco e tela na modernização de Castro*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR; 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. 1. ed. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). *Fontes Históricas*. 3º ed. São Paulo, Contexto, 2011.

MALDONADO, Elaine Cristina. *Machado de Assis e o espiritismo: diálogos machadianos com a doutrina de Allan Kardec (1865-1896)*. Dissertação de Mestrado. Assis, UNESP, 2008, p. 11.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba, UFPR, 1996.

PINTO, Elisabete Alves. *A população de Ponta Grossa a partir do registro civil. – 1889- 1920*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1980.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Mídia noticiosa como material de pesquisa: Recursos para a pesquisa de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de, (orgs). *Pesquisa em Ciências sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa. Toda palavra, 2012.

SILVA, Natalia Ferronato Da., *As “Virgens Messiânicas”*: A Participação e influência das virgens Teodora e Maria Rosa no Contestado 1912-1916. Disponível em:
<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/331/168>

SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

ZULIAN, R.W. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. *Revista de História Regional*; 3(2):37-76, 1998.

Recebido em: 15/03/2016

Aceito em: 03/08/2016

ONDE HÁ FUMAÇA HÁ FOGO: O BOATO POLÍTICO NOS DESENHOS DE HUMOR DE ALCEU CHICHORRO PUBLICADOS EM O DIA (1925-1961)

WHERE THERE'S *SMOKEY*, THERE IS FIRE: THE POLITICAL RUMOR IN THE ALCEU CHICHORRO'S DRAWINGS OF HUMOR PUBLISHED IN *O DIA* (1925-1961)

*Flávio de Freitas Pannuti*¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar desenhos de humor do chargista Alceu Chichorro publicados no diário curitibano *O Dia*, entre 1925 e 1961, que tenham por tema o boato com cunho político, sua propagação e a resposta do poder constituído, assim como identificar variações desses aspectos ao sabor das oscilações do contexto político do país. A pesquisa também identificou a legislação repressiva aos boatos e sua criminalização, relacionando a incidência dos desenhos à elaboração do aparato jurídico repressivo nacional.

Palavras-chave: *O Dia* (*jornal*); Alceu Chichorro; Boato; repressão; charge.

Abstract: The aim of this study is to analyze the drawings of humor created by the cartoonist Alceu Chichorro published in the newspaper *O Dia* between 1925 and 1961. The research treats the

¹ Discente do curso de História – Memória e Imagem da UFPR. E-mail para contato: fpannuti@gmail.com.

theme of rumor, especially the political one, its propagation and the governmental response, identifying variations due to Brazilian political context. The study also identifies the repressive legislation regarding rumors and the relation between the Alceu Chichorro's drawings and the Brazilian legal regulation.

Keywords: *O Dia* (newspaper); Alceu Chichorro; Rumor; repression; charge.

As primeiras décadas do século XX testemunharam um movimento de intensa atividade artística, humorística e publicitária presente em muitos dos periódicos então publicados no Brasil.

As inovações tecnológicas que garantiram rapidez e qualidade na reprodução de imagens em jornais e revistas permitiram a expansão não apenas do número de periódicos existentes, como também das respectivas tiragens.

O Paraná e destacadamente a cidade de Curitiba não ficaram alheios a esse notável incremento. Foi esse o contexto em que o jovem Alceu Chichorro (1896-1977) iniciou as atividades profissionais que desempenharia ao longo de mais de cinquenta anos, em dezenas de jornais e revistas do Paraná e de outros estados, como cartunista, repórter, cronista, poeta, diretor de redação e colaborador.

Entre essas variadas áreas de atuação, sua produção relacionada a desenhos de humor foi das mais prolíficas e marcada pela criação de várias personagens, entre as quais, sem nenhuma dúvi-

da, mais se destacou Chico Fumaça que popularizou-se no cotidiano de Curitiba.

O jornal *O Dia*, que circulou diariamente a partir de 1923, foi o primeiro do Paraná a dispor de clichéria própria, garantindo destaque inédito às ilustrações. Foi ali que Chichorro, sob o pseudônimo Eloy, criou charges e tiras recheadas de caricaturas de personalidades, publicadas diariamente entre 1925 e 1961.

A partir da consulta ao acervo digitalizado do Laboratório de Informática – LAIN do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR² dos desenhos de humor de Alceu Chichorro, publicados no diário curitibano *O Dia*, totalizando mais de dez mil imagens, este trabalho tem por objetivo identificar o tratamento dado pelo autor à dimensão política do boato e à resposta do poder político constituído àquela forma de expressão, assim como localizar possíveis variações desses mesmos aspectos ao longo do tempo.

Desde o exaustivo trabalho de levantamento de fontes levado a efeito por Herman Lima (Lima, 1962), muitos são os trabalhos acadêmicos voltados à exploração de diversos aspectos da vida nacional retratados nos desenhos de humor (Saliba, 2002; Toral, 2001), com ênfase na política (Motta, 2006; Tavares,

² Fotografadas das edições do jornal *O Dia* da Biblioteca Pública do Paraná pelos alunos da disciplina “Oficina de História e Memória II”, ministrada no 2.º semestre de 2011 pelo Prof. Dr. Rodrigo Tavares.

2009), no cotidiano (Gawryszewski, 2002), entre muitas outras abordagens. Também não passaram despercebidas as possíveis leituras dos desenhos de humor a partir do instrumental de outras áreas de estudo acadêmico, como a produção psicanalítica e filosófica (Silva, 1989).

Malgrado a existência de trabalhos voltados à produção de desenhos de humor no Paraná (Carneiro, 1975; Pinheiro, 1996), assim como uma breve biografia de Alceu Chichorro (Bóia, 1998), é surpreendente a carência de trabalhos explorando especificamente sua produção, dada a extensão e repercussão de sua obra.

Pretende-se, assim, dar um impulso inicial à análise dessa vasta obra até aqui negligenciada, inserindo-a, na medida do possível, na discussão das fontes iconográficas produzidas por desenhistas de humor brasileiros.

Foram localizadas setenta e uma charges e uma tira com referências diretas ou indiretas ao boato, assim distribuídos no período pesquisado:

	1925	1926	1927	1928	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1948	1949	1954	1955	1956	1957	1958	total
Charges	2	1	1	2		3	14	1	6	4	1	8	2	4	1	2	1	2	1	1	2	2	2	1	4	2	2	71
Tiras					1																							1

Tabela 1.

Entre os desenhos localizados sessenta e nove contaram com a presença, como protagonista ou coadjuvante, da personagem Chico Fumaça, razão da homenagem que lhe é feita no título do

trabalho. Chico Fumaça teve sua aparição inicial em 23 de maio de 1926, perdurando até o fim da publicação dos desenhos diários de Alceu Chichorro em *O Dia*³.

As duas charges restantes são anteriores àquela data, uma delas protagonizada por personagens não identificados e a outra pelo personagem Tancredo, surgido em 2 de abril de 1925 e eliminado por Alceu Chichorro pouco antes⁴ do aparecimento de Chico Fumaça.

Do total de desenhos de humor selecionados, oito charges referem-se a assuntos próprios da Segunda Guerra Mundial, publicados entre 1939 e 1945, e têm por tema situações ocorridas em países beligerantes da Europa e da Ásia, sem relação direta com o Brasil.

Duas charges dizem respeito a propagandas, prática reiterada nos desenhos de humor de Chichorro publicados em *O Dia*, uma da Loteria do Paraná, na qual se mencionam boatos sobre concordatas e falências na praça curitibana e outra em que se menciona a inauguração da loja *O Rei das Meias*.

Outras charges tratam de assuntos variados, como a de 25 de dezembro de 1932 sobre a contratação de empréstimo para sanear as finanças do estado; notícias de repressão aos “tubarões” que especulavam com o preço das mercadorias e de combate ao elevado custo de vida (9

³ 30 de junho de 1961.

⁴ 28 de março de 1926.

de abril de 1948, 22 de março e 29 de abril de 1956, 21 de novembro de 1957 e 15 de janeiro de 1958).

Incluídos nesses temas diversos encontram-se até mesmo boatos relativos à vida privada de pessoas, como a charge de 28 de outubro de 1941 relativa ao escritor paraibano Luiz Pinto e a de 6 de maio de 1949 sobre o então ainda não assumido romance entre a atriz Ingrid Bergman e o cineasta Roberto Rossellini.

Ademais, ainda que algumas das charges mencionem o boato com conotações políticas, não contêm denúncia de repressão policial nem externam receio de experimentar tal repressão, como são exemplos as charges de 3 de novembro de 1925 e 4 de outubro de 1927, que tratam da eleição de deputados estaduais; de 9 de agosto de 1928 sobre o estado mental do então Presidente Estadual; as de 16 de outubro de 1931, 28 de junho de 1932, 29 de janeiro de 1935, 13 de outubro de 1936 e 21 de junho de 1958 contendo especulações sobre a possível saída de políticos de cargos então ocupados.

Descontadas, dessa forma, as charges que não dizem respeito diretamente ao objetivo visado por este trabalho, restaram assim distribuídos os desenhos de humor selecionados:

1925	1926	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1937	1938	1939	1943	1949	1954	1955	1956	1957	total
1	1		2	12	1	4	3	6	1	1	1	1	1	1	2	1	39
		1															1

Tabela 2.

A primeira charge a abordar o tema, intitulada “Os boatos terroristas”, data de 9 de abril de 1925 (Figura 1), e é composta por dois personagens que dialogam na rua sobre uma iminente explosão que poderia levar tudo pelos ares. Após receber a advertência para que fale baixo, o autor da notícia esclarece que se trata de situação trivial, relativa ao risco de explosão em um incêndio provavelmente ocorrido na cidade naqueles dias.



– Sabes que por um pouco estava tudo perdido? Que rebentava e levava tudo pelos ares?
– Fala baixo homem, o que é que rebentava tudo?– As dynamites encontradas no incêndio, homem!

Figura 1. *O Dia* (9/4/1925).

Aqui a menção ao risco de uma situação explosiva parece relacionada ao momento de turbulência política vivida pelo país no período, não apenas pela proximidade com a Revolta Paulista ocorrida no ano anterior, mas também possivelmente pela formação da Coluna Prestes naquele mesmo mês de abril de 1925⁵.

O Estado de Sítio vigente durante quase todo o governo de

⁵ Em fevereiro de 1925 houve em São Paulo uma tentativa frustrada de civis e militares libertarem companheiros envolvidos na revolta do ano anterior. Também em abril daquele mesmo ano, uma rebelião de sargentos do 17º Batalhão de Caçadores do Exército em Corumbá foi abortada.

Artur Bernardes assim como a forte repressão política então vigente parecem justificar o receio do personagem que recomenda a seu acompanhante que fale baixo sobre o tema da conversa, visto poder atribuir um perigoso sentido político à situação explosiva que relata.

Os indicadores da familiaridade entre os personagens retratada na charge (corpos muito próximos e mão sobre o ombro), sugerem um nível de intimidade suficiente para dar ensejo à advertência sobre o “perigoso” comentário em tempos de turbulência política.

Essa mesma situação de familiaridade na advertência contra o risco de ser acusado de boateiro repete-se na esfera familiar, nas charges dos dias 24 e 27 de março de 1934, em que estão presentes Chico Fumaça e a personagem Tia Marcolina, que com ele participa em boa parte dos desenhos de humor de Chichorro.

Na primeira das referidas charges, com o título *Cuidado*, Fumaça adverte Marcolina para “calar a boca” e nada lhe perguntar sob pena de ser acusado de boateiro; enquanto na segunda, denominada *A boateira*, é Marcolina que, ao fitar nuvens e trovoadas na linha do horizonte, prevê tempestade próxima, e novamente Fumaça adverte-a: “Cala a boca, Marcolina, você não vê que isso é bom tempo.”

Já na charge de 5 de dezembro de 1934, Fumaça adverte Tó para voltar para casa, pois: “As ruas andam cheias de boatos e você pode ser fuzilado se quiser se revoltar.”

Porém, outra é a situação retratada na charge de 8 de março de 1934, onde a aparente ausência da mencionada familiaridade justificadora da conversa livre entre pessoas próximas, representada inclusive pela forma em que dispostos os personagens, conversando frente a frente, Fumaça tergiversa algo cinicamente ao ser indagado sobre boatos da preparação de outro movimento na Região Sul.



- Teremos, então, mais um barulho Fumaça?
- Não sei para que... Acaso o carnaval não esteve animado?!...

Em que pese esse aparente cuidado do personagem, são muitos os desenhos cujos títulos retratam Chico Fumaça como boateiro.

O primeiro deles é a charge de 4 de novembro de 1926, intitulada *Fumaça boateiro*, que contém crítica do

personagem ao Estado de Sítio promovido pelo Presidente Washington Luís. Títulos semelhantes atribuídos a Chico Fumaça sucedem-se nos desenhos de 9 de novembro de 1930 (*Fumaça boateiro*), 1º de outubro de 1931 (*Fumaça boateiro*), 19 de julho de 1932 (*Boateiro incorrigível*), 21 de setembro de 1932 (*Fumaça boateiro*), 6 de setembro de 1933 (*Boateiros*), 31 de agosto de 1937 (*Boateiro*), 9 de outubro de 1937 (*Boateiro*), 23 de outubro de 1937 (*Boateiro terrorista*) e 31 de julho de 1938 (*Os boateiros*).

Muitas das circunstâncias em que se manifesta essa faceta boateira de Chico Fumaça serão esclarecidas adiante. Antes, porém, parece útil tentar situar as origens da repressão legal ao boato no ordenamento jurídico brasileiro.

A legislação específica sobre o boato surge com a primeira Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4 de abril de 1935) que dispôs em seu artigo 12:

Divulgar, por escrito, ou em publico, notícias falsas sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desasoscego ou temor.

Pena – De 15 a 90 dias de prisão celular.

O ordenamento legal ganhou reforço com a entrada em vigor da Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688, de 3 de

outubro de 1941), que previa tipo jurídico próprio, denominado falso alarma, assim redigido:

Art. 41 - Provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto:

Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, ou multa.

É fácil perceber que o caráter aberto – genérico – dos tipos acima transcritos (divulgação de notícia que sabe ou deveria saber falsa, ou anúncio de perigo inexistente, capaz de produzir pânico ou tumulto) permite ao aparelho repressivo governamental grande amplitude de manobra na perseguição de adversários políticos.

Todavia, o exame da **Tabela 2**, acima reproduzida, revela que o temor de prisão ou represália do aparato político-repressivo se faz presente nos desenhos de Chichorro desde muito antes da edição daquelas normas.

Isso se justifica pelas amplas possibilidades ensejadoras de prisão de pessoas, especialmente adversários políticos, próprias da vigência do estado de sítio previsto pelo artigo 80 da Constituição Federal de 1891⁶, que em largos períodos precedeu a Revolução

⁶ Art 80 - Poder-se-á declarar em estado de sítio qualquer parte do território da União, suspendendo-se aí as garantias constitucionais por tempo determinado quando a segurança da República o exigir, em caso de agressão estrangeira, ou comoção intestina (art. 34, nº 21).

de 1930, assim como pela quadra de instabilidade que a sucedeu, com a decorrente legislação de exceção revolucionária.

Aliás, as autoridades policiais não se constrangiam em disciplinar livremente o assunto. Prova disso é a publicação no jornal *O Dia*, em 24 de março de 1934, da portaria editada pelo Chefe de Polícia do Paraná, que cuidava de prever a prisão para averiguação de boateiros, independentemente da existência de legislação penal específica para o caso⁷:

PORTARIA - Tendo em vista os inúmeros boatos de toda ordem espalhados freqüentemente por indivíduos que não querem compreender o mal que causam à vida econômica do Estado, alterando o ritmo normal da vida coletiva, perturbando a ordem e levando apreensões aos lares, retraindo as transações comerciais, criando enfim uma injustificável situação de instabilidade, determino a todos os delegados e subdelegados de Polícia, agentes policiais e guardas-civis que conduzam à Delegacia de Vigilância e Investigações todos os indivíduos que espalham boatos ou notícias inverídicas referentes a movimento de caráter político, militar, civil ou administrativo, para fins de averiguações. O que cumpram. O chefe de polícia Ten-Cel S. van Erven

§ 1º - Não se achando reunido o Congresso e correndo a Pátria iminente perigo, exercerá essa atribuição o Poder Executivo federal (art. 48, nº 15).

§ 2º - Este, porém, durante o estado de sítio, restringir-se-á às medidas de repressão contra as pessoas a impor:

1º) a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns;

2º) o desterro para outros sítios do território nacional.

⁷ Nesse mesmo dia 24 de março *O Dia* publicou charge de Chichorro comentando a medida da autoridade policial, em que Chico Fumaça mais uma vez alerta Marcolina a “calar a boca”, a fim de que ele mesmo não corra o risco de ser preso como boateiro.

Especificamente no tocante ao Estado de Sítio, Heloisa Câmara (Câmara, 2010: 44) analisa as origens da banalização do uso desse instrumento constitucional, destacando que:

...uma das hipóteses acerca do ES [Estado de Sítio] no Brasil é que as práticas governativas que se forjaram no início da república podem ser consideradas em continuidade, ou ao menos imersas em uma mesma racionalidade, que culminou com as ditaduras de Vargas, com o golpe de 64 e em certa medida permanecem, especialmente através de um política autoritária e repressiva.

De toda sorte, o uso indiscriminado do aparelho estatal para



perseguição de adversários políticos, trabalhadores grevistas e pessoas consideradas indesejáveis que grassou nos governos de Artur Bernardes e de Getúlio Vargas, ambos incluídos no período pesquisado, parece dar suficiente consistência aos temores de perseguição ou mal-entendido retratados nos desenhos de Chichorro.

Exemplo disso é a tira de 9 de novembro de 1930, em que Fumaça

– A vida está cada vez mais insípida pequena... Se a gente espalhar um boatinho vai para o front, se jogar um galanteio o delegado de costumes cobra cinquenta mil réis...

Figura 3. O Dia, Alceu Chichorro (Eloy) (2/8/1932).

nagem infantil Buscapé ter sido sempre um homem que “anda na linha” e, ao deparar-se com uma placa ferroviária contendo proibição de andar na linha do trem, sai em disparada exclamando: “Corra, Totó, parece que eu andei espalhando um boato...”

A **Tabela 2** revela ainda que esses temores estão mais presentes em dois momentos anteriores à legislação repressiva dos boatos, quais sejam os anos de 1932 e 1934, que concentram doze e quatro charges, respectivamente, e, já depois da edição daquelas normas, no ano de 1937, com oito charges.

No primeiro caso a reiteração de charges sobre o assunto está claramente associada à Revolução Constitucionalista de 1932, em que a ameaça do envio dos boateiros para o *front* aparece nas charges de 14 e 19 de julho e de 2 de agosto de 1932.

Nesta última (**Figura 3**), em que um Fumaça com ares de sedutor contracena com uma jovem e longilínea coquete, o receio de seguir como combatente é acompanhada de outra queixa mais prosaica, o risco de cobrança de multa de cinquenta mil réis para conquistadores que dirigissem galanteios às moças e jovens senhoras, assunto que frequentou outras charges de Chichorro naquele ano de 1932, desde que o Delegado de Costumes de Curitiba, Maurício Távora, fixou aquele valor como penalidade para os galanteadores.

A altura de Fumaça em relação à sua interlocutora, o direcionamento de seu olhar, assim como o gestual com referência fálica por ele adotado garantem o contrapeso de um tratamento jocosamente erotizado à seriedade da questão política que também

é tema da charge.



1- Então Dona Ditadura, como vai o angú?
- Um pouco salgado para o paladar dos boateiros, Fumaça.

Figura 4. *O Dia* (7/8/1932).

disseminar boatos (5 de agosto).

Por fim, uma charge do mesmo ano (Figura 4) demonstra que, não obstante os problemas retratados na constante ameaça de repressão aos boateiros, a censura ainda não se fazia tão cerrada como viria a ser em alguns anos.

É o que ressaí não apenas da referência expressa à ditadura, representada por uma figura feminina alusiva à República, comandando a “cozinha” da administração governamental, como

Ainda em 1932 há charges de Chico Fumaça sendo confrontado por autoridade policial (19 de julho), sendo preso (22 de julho) e já na cadeia,

com uniforme de presidiário, sempre por

também da crítica às “comidas” (nepotismos e oportunismos propiciados pelo novo regime) cada vez mais presente nas charges de Chichorro, após uma simpatia inicial pela Revolução de 30.

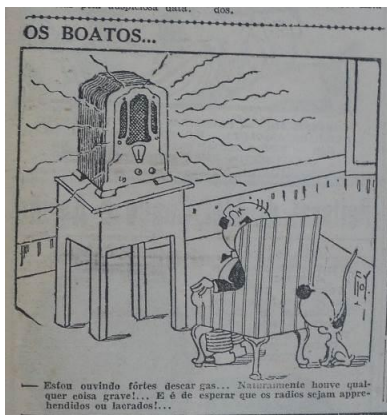
Os boateiros mencionados parecem, no caso, facilmente confundíveis com meros adversários políticos do novo regime, que além de aliados das “comidas”, ainda são confrontados com a “salgada” ameaça da repressão policial.

Quanto ao acúmulo de charges no ano de 1934, as causas já não parecem tão evidentes, até porque não há referências diretas a fatos específicos, sendo a charge de conteúdo menos vago a publicada em 18 de dezembro, em que se pode ler na epígrafe: “Circulam boatos sobre um estouro radical na política.”

De qualquer forma, a agitação política do período, não apenas em razão da assembleia constituinte e da promulgação da Constituição Federal, mas também em decorrência das articulações que redundariam na formação da Aliança Nacional Libertadora e nas tensões decorrentes que desaguardariam na edição da Lei de Segurança Nacional e no Levante Comunista do ano seguinte, podem ser fatores suficientes para manter em destaque o tema do boato político nos desenhos daquele ano.

Essa hipótese parece corroborada pelo fato de que, embora em menor número, as charges de 1935 retratam o acirramento das aludidas tensões, como revelam as **Figuras 5 e 6**, está última em

uma clara alusão ao falhado Levante Comunista deflagrado no dia 23 e definitivamente dominado no dia 27 de novembro daquele ano e às prisões dele decorrentes.



- Estou ouvindo fortes descargas... Naturalmente houve qualquer coisa grave!... É de se esperar que os rádios sejam apreendidos ou lacrados.

Figura 5. *O Dia*, Alceu Chichorro (Eloy) (27/3/1935).

- Que é que fez este homem?
- Ele não está bem certo, Fumaça, deu para espalhar boatos terroristas em vez de comprar um bilhete de 25 contos para hoje, da Loteria do Paraná que é a única coisa que não falha.

Figura 6. *O Dia*, Alceu Chichorro (Eloy) (28/11/1935).

Conforme a **Tabela 2**, 1937 é o último ano de concentração de desenhos de humor referentes à circulação de boatos políticos e sua repressão oficial.



-Que é que há, Fumaça!
-Você guarde segredo; eu ouvi pelo rádio, às três horas da madrugada de ontem, que vão ser retiradas todas as candidaturas porque o Brasil não suporta divergências políticas, neste momento de paz e harmonia em que só nos falta o Estado de Guerra!

Figura 7. *O Dia* (31/8/1935).

da pela simples menção ao tema (23 de outubro). A primeira delas, datada de 31 de agosto, construída sob a epígrafe “Afirma-se que será retirada uma das candidaturas à residência da República”, está reproduzida na **Figura 7**.

O olhares atemorizados de Fumaça e de Totó, a expressão carrancuda de seu interlocutor, caracterizada pelo cenho franzido, a presença da parcial silhueta espreitadora do agente policial no canto esquerdo do quadro e a linha do horizonte tomada por edifícios opressivamente altos garantem os elementos visuais adequados à situação descrita no texto.

De fato, na legenda da charge Fumaça insta seu interlocutor a guardar segredo sobre a transmissão radiofônica por ele captada na madrugada que, ironicamente referindo-se a impossibilidade de divergências políticas e as supostas paz e harmonia reinantes, amplamente desmentidas por aquelas características do desenho, dá conta da retirada de todas as candidaturas à sucessão presidencial.

Fumaça revela ainda o temor do retorno da declaração do Estado de Guerra, que malgrado se arrastasse desde 1936, estava naquele momento temporariamente suspenso, devendo ser novamente declarado no mês seguinte, com a divulgação do Plano Cohen pelo Ministério da Guerra.

Tal como na charge de 27 de março de 1935 (Figura 5), o rádio se faz presente como importante veículo de informação e

por isso mesmo submetido a rígido controle (descargas inexplicáveis, lacrações, apreensões, necessidade de transmissões em horários impróprios). Não é por outro motivo que a Lei de Segurança Nacional acima referida previa expressamente o controle sobre o conteúdo das emissões radiofônicas, com aplicação de multas e ajuizamento de ações penais (art. 27, da Lei nº 38/35).

Outras duas charges de 1937 referem-se à renúncia de Flores da Cunha ao governo do Rio Grande do Sul e sua viagem para Rivera no Uruguai, às vésperas da implantação do Estado Novo (30 de outubro e 4 de novembro), destacando a possibilidade de muitas “Rivera-voltas” nas mazelas relatadas por Fumaça (boatos, verdades cruas, confusões e misérias).



A única charge alusiva a boatos em 1938, publicada no dia 31 de julho, apresenta um diálogo entre Getúlio Vargas e Chico Fumaça, em que a ironia quanto à propagação de boatos apoia-se na apresentação de notícias al-

-A siderurgia, a indústria pastoril, o comércio, a lavoura e o amendoim torrado, Excelência, vão ter um grande incremento no Paraná!

-Você não tem medo de ser preso, Fumaça?

Figura 8. *O Dia* (31/7/1938).

vissareiras sobre o incremento da economia nacional, já que a epígrafe refere-se à prisões de espalhadores de notícias falsas realizadas no Rio de Janeiro (**Figura 8**).

Aqui é o jornal nas mãos de Fumaça que sugere o conflito entre as notícias passíveis de serem veiculadas, em consonância com o discurso oficial, e os reais problemas reinantes na economia, discrepância reconhecida pela fala atribuída à própria figura de Getúlio Vargas, cuja autoridade tem o poder de transformar as informações positivas reproduzidas por Fumaça em notícias fantasiosas, passíveis, portanto, de ensejar a prisão do responsável pela sua propagação.

Embora esse mesmo recurso do jogo entre notícias positivas e o caráter falacioso do boato já houvesse sido utilizado por Chichorro na charge publicada em 8 de setembro de 1932, em um diálogo entre Fumaça e o Jeca, essa charge única de 1938 contém alguns elementos que a diferenciam: o cuidado na utilização da crítica indireta, a utilização da figura legitimadora da autoridade presidencial e as feições benevolentes dos interlocutores, contrastante com o forte teor da epígrafe que dá o mote ao desenho.

A somatória desses elementos presta-se não apenas a sinalizar o acirramento do controle das publicações, mas também a realçar as estratégias do cartunista para driblá-lo.

Com efeito, há que se levar em conta a plausível possibilidade de que a acentuada redução no número de charges tendo o boato político como tema, após 1937, deva-se à exacerbação da censura a partir da implantação do Estado Novo.

A reforçar essa hipótese está a constatação da presença de notícias de retaliação aos boateiros em várias das epígrafes retiradas de matérias jornalísticas que encimam charges, corroborando a permanência da repressão política, em especial a partir de 1937, sem que servissem de matéria-prima para a crítica direta de Chichorro:

CUIDADO...

O Sr. Chefe de Polícia determinou a prisão de boateiros que vem, maldosamente, prejudicando o ritmo da ordem.

(24 de março de 1934).

FOI SÓ PARA ASSUSTAR...

O ministro Francisco Campos mandou abrir inquérito para apurar de que fontes saíram os boatos sobre as demissões das mulheres que exercem funções públicas.

(10 de dezembro de 1937).

OS BOATEIROS...

A polícia carioca efetuou a prisão de



- Sabe o Getúlio caiu!
- Caiu como? Você está espalhando boatos!
- Escorregou no assoalho encerado!...

Figura 9. *O Dia* (24/8/1954).

inúmeros espalhadores de notícias falsas.
(31 de julho de 1938).

CONTRA O BOATO

A polícia paulista instituiu multa de 200 mil réis contra os boateiros que reverterá aos jornalistas.
(22 de junho de 1939).

REPRESSÃO AO BOATO...

Rio – As autoridades vêm tomando justas medidas para punir, com pena de reclusão, os boateiros. (31 de janeiro de 1943).

Após o final da ditadura Vargas, e até o último ano de publicação dos desenhos de humor de Chichorro em *O Dia*, mantém-se escasso o número de charges que de alguma forma façam referência ao boato de cunho político.

Uma delas, datada de 24 de agosto de 1954, traz como epígrafe os boatos que se espalhavam na então Capital Federal em razão do atentado ao jornalista e então candidato a deputado federal Carlos Lacerda, ocorrido no dia 4 daquele mês, que resultou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz. (**Figura 9**)

A charge faz referência à possível queda de Getúlio, em função das pistas que indicavam tratar-se de crime planejado no próprio palácio presidencial do Catete. Mais uma vez é Fumaça quem adverte Marcolina por estar espalhando boatos.

O título alusivo a *tempos de nervosismo* e a *boatos alarman-tes*, assim como o semblante assustado dos protagonistas parecem desanuviar-se ao fim da leitura da legenda, ao revelar-se o arrema-

te cômico no chiste de duplo sentido, literal e metafórico, do verbo *cair*.



Em se tratando de jornal matutino, pode-se afirmar com razoável grau de certeza que a notícia do suicídio do Presidente da República, ocorrido na manhã daquele mesmo dia, não havia chegado à redação de

- **Andam falando em revolução, será que vem?** *O Dia*, o que certamente

- **Qual o quê... não espalhe boato que você ainda termina processado pela Lei de Segurança da ditadura passada!...** inspiraria uma conotação diversa à “queda” de Getúlio

Figura 10. *O Dia* (2/6/1957).

Vargas que serviu de mote à

charge.

Uma última charge, datada de 2 de junho de 1957, parece dar o tom de distensão que o tema do boato político àquela altura já havia sofrido. Nela Chico Fumaça especula sobre a possível vinda de uma nova revolução, no fase inicial algo conturbada do governo de Juscelino Kubitschek, sendo advertido por Marcolina de que espalhando boatos, pode ser processado pela Lei de Segurança Nacional que vigia na ditadura Vargas.

A repressão política ao boato já parece aqui algo anacrônico, memória de um passado atrelado a um regime político distante da realidade democrática vivida quando de sua publicação.

A par da constatação de que a repressão ao boato político real ou manipulado pelo aparato governamental esteve vivamente presente nos desenhos de humor de Alceu Chichorro publicados entre 1925 e 1961, a percepção das diversas nuances de tratamento do tema, assim como a notável variação quantitativa percebida ao longo do interregno pesquisado, ao sabor das oscilações do contexto político do país, parecem justificar a pertinência dessas imagens como fontes de pesquisa historiográfica aptas a contribuir para a compreensão daqueles períodos.

Referências Bibliográficas

BÓIA, Wilson – *Alceu Chichorro*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

CARNEIRO, Newton – *O Paraná e a caricatura*. Curitiba: Ed. Memória Cultural do Paraná, 1975.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios, 1945-50*. Rio de Janeiro:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Editoração, 2002.

LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas Brasileiros 1836-2001*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LIMA, Herman – *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MCCLOUD, Scott – *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: MBooks, 2005.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NICOLAU, Vitor Feitosa. *A reconfiguração das tirinhas na mídia digital*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, 2011

PINHEIRO, Marilda Lopes. *Olho da Rua: o humor visual em Curitiba – 1907/1911*, Curitiba, 1996. Dissertação de Mestrado em História, UFPR.

SILVA, Marcos Antonio da. – *Prazer e poder do amigo da onça, 1943-1962*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues – *Desenhando a Revolução: a luta de imagens na imprensa comunista – 1945/1964*. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo: 2009.

TORAL, André. – *Adeus chamigo brasileiro*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

_____ *Imagens em Desordem: a Iconografia da Guerra do Paraguai*, São Paulo: Humanitas, 2001.

Recebido em: 16/06/2016.

Aceito em: 12/08/2016.

POSSÊIDON E A REPRESENTAÇÃO DO MAR EM A *ILÍADA*, DE HOMERO

POSEIDON AND THE REPRESENTATION OF THE SEA IN HOMER'S *ILIAD*

*Martinho Guilherme Fonseca Soares*¹

Resumo: A condição geográfica da Grécia fez com que o mar adquirisse papel preponderante na vida de suas sociedades. Em *A Ilíada*, Homero a ele se refere recorrendo a epítetos sonoros e coloridos os que se associam à figura de Possêidon, já cultuado, à época da escrita do poema, como deus dos domínios marinhos. A referência frequente do poeta à presença de um elemento úmido, caracterizado pelo emprego de tais epítetos, nos leva a analisar seu uso na epopeia para, em seguida, avaliarmos o porquê de seu emprego, sua relação com o deus e as atividades econômicas do Período Arcaico. Ao explorarmos essas atividades, destacamos as paisagens naturais existentes no poema, que atuam na constituição de um modo próprio de os gregos antigos se relacionarem com o Mediterrâneo e, por conseguinte, com as manifestações do sagrado nele contidas.

Palavras-chave: Grécia Arcaica. *Ilíada*. Possêidon. Paisagens marinhas. Identidade.

Abstract: The geographic condition of Greece led to sea obtained a role of preponderant on its societies' life. In *The Iliad*, Homer refers to himself recurring to voiced and colorful epithets, which can be associated with Poseidon's figure, who has been revered, in that époque of poem writing, such as god of sea domains. The constantly poet's reference to the presence of an humid element, characterized by usage of these epi-

¹ Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), membro do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano, Seção Espírito Santo (Leir/ES). Atua junto ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Ufes (PIC/Ufes/CNPq), sob orientação do Professor Dr. Gilvan Ventura da Silva. Contato martinhoesoares@hotmail.com

thets, led us to analyze its usage in the epic to, following, evaluate why of its usage, relating to god and his economic activities from Archaic Period. Exploring these activities, we highlight the natural landscapes present in the poem, which performs in the constitution in a way of ancient Greeks relate to each other with the Mediterranean and, consequently, with the sacred manifestations of sacred and what has been contained in it.

Keywords: Greece Archaic. *Iliad*. Poseidon. Marine landscapes. Identity.

Introdução

Estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento falam de uma poesia homérica que se originou nas sociedades gregas do Período Arcaico,² como resultado de um processo oral de composição transmitida ao longo de gerações por aedos,³ poetas que ao incorporarem em seus versos cantados, aspectos da vida cotidiana, nos revelam o que poderíamos como *modus operandi* dessas sociedades. Tais narrativas, contidas em fontes tradicionalmente vistas como literárias, a exemplo de *A Ilíada* e *a Odisseia* transmitem visões de mundo do homem grego, verificamos uma relação profícua entre História e Literatura, que nos permite pensar o lugar das práticas sociais que, no caso grego, estão intimamente relacionadas ao sagrado, criando naquele contexto, uma sociedade particular, “os gregos de Homero”, como foram citados por Walter Otto, estudioso alemão apaixonado pela poesia homérica, que dedicou a pesquisar os elementos filológicos das narrativas míticas.

² VIII e VI séculos a.C.

³ O termo corresponde a uma transliteração da palavra grega *aidos*, que significa cantor.

Ao narrar os saberes e os fazeres do homem arcaico, Homero recorre ao *ἐπίθετος*, termo grego correspondente a algo aumentado, ajuntado, aplicado a um determinado nome com objetivo de qualificá-lo, características próprias da poesia. São as condições de produção da narrativa que nos interessam e por isso mesmo, exigem de nós algumas considerações primeiras sobre a epopeia como gênero literário inaugurado por Homero. Suas composições trazem versos carregados de epítetos, reveladores de uma relação semântica que se estabelece com o nome, chegando a exauri-lo e revelando-se portadores de uma lógica, um sentido próprio. Essa relação torna possível identificarmos determinado espaço, sujeito e paisagem, pelo adjetivo a ele atribuído. Esse recurso do poeta torna possível em *A Ilíada* e *Odisseia*, a percepção de uma visão de mundo clara e coerente, na qual o cosmo aparece perfeitamente ordenado. Tendo sua origem no que era comumente cantado, tais poemas abordam o que era importante no cotidiano das comunidades gregas arcaicas. É no seio desses mesmos agrupamentos que o divino manifestava-se em todos os aspectos da vida social. Ele era “[...] o fundamento de todo o ser e acontecer, e transparece com tanta clareza em todas as coisas e sucessos que cumpre evocá-lo mesmo a propósito do mais natural e do mais habitual. Nenhuma imagem do vivente é completa sem o divino” (OTTO, 2005, p. 11).

Na *Ilíada*, Homero aborda a Guerra de Tróia, de forma mais específica a cólera de Aquiles, o melhor dentre os guerreiros gregos. Todavia, os deuses decidem o conflito, eles participam e interagem no mundo dos vivos. São nas entrelinhas do poema que percebemos os

homens, os animais, o céu, o mar e a terra, mas também o ser e agir das potestades no dia a dia. Essas “impressões do mundo grego” se processam na medida em que o poeta assume uma disposição própria para olhar o mundo que o cerca, “[...] trata-se de um olhar que não evita o detalhe, o insignificante, o banal, e que, ao mesmo tempo, não pode deixar de se deter no excessivo, no transcendente, no extraordinário” (SKLIAR, 2014, p. 43). O mundo dos deuses e o mundo dos homens são, em essência, um só. Nesse último, prevalecem relações que reforçam a necessidade da crença no divino e do rito por excelência em todas as atividades necessárias à subsistência dos homens. Ao ler Homero, nos damos conta da existência de uma devoção, uma relação de subserviência dos mortais diante dos imortais. Com efeito, no comércio e nas trocas, tão essenciais aos gregos, “[...] os homens dependem principalmente da boa vontade dos deuses, cujas boas graças tentam obter ou procuram apaziguar por meio de sacrifícios” (LEFÈVRE, 2013, p. 96). Assim posto, os deuses em tudo estão presentes e, como consequência, tornam toda paisagem sagrada e, a saber, digna de devoção.

Nesse cenário, recordando o século VIII a. C., o qual abrigou em seu decurso o desenvolvimento de uma intensa atividade econômica, ocorreu o estreitamento de relações entre a Grécia Balcânica, a Grécia oriental e o Ocidente do Mediterrâneo. Dessas relações surgiram os primeiros contatos, os assentamentos, os estranhamentos. O que disso resultou e suas transformações são questionamentos que ultrapassam os objetivos deste texto, no qual nos propomos a entender como os fatores econômicos e geográficos interagiram com o sagrado, como conforma-

ram a paisagem grega no continente e no ultramar, fazendo com que Homero se apropriasse do espaço marinho ao longo dos 24 cantos de *A Ilíada*. Trata-se de uma observação peculiar, pois:

Essa disposição da escuta e do olhar do poeta é inédita a cada vez que acontece. Um evento, um tempo, uma coisa, não podem ser incorporados, mas podem ser, sim, escutados... Na quietude, e na pausa... E podem também ser olhados... Com abertura, franqueza. Esse é o caráter perceptivo do poeta [...] (SKLIAR, 2014, p. 43).

O poema nos transmite uma visão de mundo que abrigava a interação homem e sagrado e de ambos com o ambiente natural ou vice-versa. Haja vista que “o meio ambiente natural e a visão de mundo estão estreitamente ligadas: a visão de mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116). Assim, nos é possível enfocar como se processaram as relações entre o divino e a vida cotidiana no contexto do Mediterrâneo grego no Período Arcaico. Esse procedimento torna-se possível porque Homero ao destacar na epopeia por meio do epíteto, o olhar e o sentimento despertado pelas paisagens naturais, nos aproxima mais do homem grego.

O emprego do epíteto em *A Ilíada*

As obras homéricas, tal como designamos o conjunto de cantos contidos em *A Ilíada* e *Odisseia*, como assinalado, tem sido alvo dos mais variados estudos ao longo do tempo. No campo da teoria literária, a crítica reside na estrutura do texto, que não é nossa abordagem. Dos textos citados, nos interessa o que a poesia conta sobre a memória cole-

tiva do homem grego e sua vida cotidiana. Para Vidal-Naquet (2002, p. 110), “o verdadeiro assunto de Homero é a terra dos homens e, acima dela, o mundo dos deuses”. Um cotidiano que permaneceu por muito tempo obscuro. Nas sociedades gregas, “[...] não existe uma casta de sacerdotes com uma tradição fixa, não há nem Veda, nem textos da Pirâmide. Tão pouco existe uma revelação vinculadora na forma de livros sagrados” (BURKERT, 1993, p. 243). As obras de Homero, nesse contexto, representaram uma “revolução” no século VIII a.C., pois permitiram “[...] uma guinada fundamental para o historiador da Grécia: pela primeira vez, ele dispõe de documentos escritos que ultrapassam o estágio das peças contábeis e oferecem uma visão global das mais variadas áreas, como a sociedade, a política, as crenças, as trocas (LEFÈVRE, 2013, p. 87). Ao estudarmos o Mediterrâneo no contexto geográfico grego, temos por objetivo apontar o desenvolvimento de algumas dessas áreas.

A Ilíada e Odisseia constituem as mais antigas obras de que temos notícia no Ocidente e são, tal como sugere Jacques Le Goff,⁴ um *monumentum*, ou seja, sinais do passado. No caso da primeira, nossa fonte de estudo, homens e deuses, assim como, a paisagem natural, aparecem adornados de epítetos que segundo Milman Parry,⁵ ao publicar em 1928 sua tese “*L'Épithète Traditionnelle dans Homère : Essai sur un problème de style Homérique*”, reunidos na condição de grupo de pala-

⁴ Consultar o verbete “Documento/Monumento” da obra *História e Memória*.

⁵ Estudioso Norte Americano da poesia épica, considerado percussor nos estudos do gênero.

vras, traduzem-se como um procedimento padronizado pelo poeta, de modo a facilitar a composição da obra. A *Ilíada* teria sido o primeiro dentre os dois poemas atribuídos a Homero. Ao longo de seus 24 cantos, o espaço marítimo aparece descrito por meio de epítetos variados e em diferentes situações. Destacamos alguns deles, aos quais retornaremos mais tarde: mar de políssonas praias; mar de políssonas ondas; mar salino-cinza; mar profundossoante; oceano cor-de-vinho afutos; mar cor de vinho; mar vinho-escuro; mar picoso; mar polissono; mares enevoados; mar undoso-fluente; mar salino-santo; mar salino-sacro. As formas apresentadas pelo poeta pouco variam e sua estrutura gramatical. Analisadas no conjunto da obra tendem a indicar as sensações despertadas pelas paisagens marinhas. As designações acima são inúmeras vezes empregadas, fazendo com que tais repetições fossem encaradas, por Parry (1980, p.14), como sinal de que o poeta lançou mão, quando da composição, de um formulário básico, uma fórmula “[...] expressão que é regularmente empregada nas mesmas condições métricas, para exprimir uma certa ideia essencial”. Reunimos no quadro abaixo o conjunto dessas expressões, que nos permite analisa-las de modo mais sistemático, articulando um complexo categorial primário passível de sofrer reformulação.⁶

Quadro 1: paisagens marinhas representadas no Canto I

Canto/verso	Personagem (s) envolvida (s)	Expressões	Sensações manifestadas
-------------	------------------------------	------------	------------------------

⁶ Dada à extensão da fonte, o canto I foi escolhido com base nos variados epítetos que reúne, a partir dos quais nos é permitido pensar as adjetivações feitas por Homero ao referir-se ao mar.

I/34	Crises, o sacerdote; Criseida, a filha raptada e Agamêmnon	[...] ao longo do mar de políssonas praias [...]	Medo
I/157	Agamêmnon, Ájax, Idomeneu e Odisseu	[...] Mar salino [...]	Apreensão
I/157	Aquiles	Muitos montes medeiam sombreados entre nós, e o mar sempre-sonante	Medo
I/327	Agamêmnon e Aquiles	[...] e ambos vão constrangidos, junto ao mar insone	Vingança/cólera
I/437	Crisa e Odisseu	[...] na areia do mar rebenta	Cólera
I/482		[...] as ondas - rastro púrpura - soando, soando [...]	Sorte

As formas empregadas são, a princípio, o modo como os gregos experienciavam o mar na condição de lugar de residência/manifestação do sagrado, evidenciado pelas expressões “mar salino-santo” e “mar salino-sacro”. Os termos designam experiências na medida em que “[...] a interpretação simbólica e a atribuição do sagrado aos lugares e às paisagens são duas maneiras características e estreitamente relacionadas de responder ao mundo” (TUAN, 2012, p. 199). Os epítetos são símbolos e, “[...] um símbolo é um repositório de significados. Estes emergem das experiências mais profundas que se acumulam através do tempo. As experiências profundas têm, muitas vezes, um caráter sagrado, extraterreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana” (TUAN, 2012, p. 203). Nesse sentido, os gregos que observamos na *Iliada* fazem

do topos um lugar de expressão de seus sentimentos. Essa condição da natureza experimentada pelos homens exige que analisemos a religião grega como veremos a seguir.

O culto grego arcaico

A presença do divino no mundo grego é desde o princípio retratada por Homero tanto em *A Ilíada* como na *Odisseia*, dirigindo-se no início dos dois poemas, a uma divindade. Assim, a Grécia descrita por Homero abrigou em seu decurso, homens e deuses que se relacionavam mutuamente, criando condições nas quais “[...] tudo se reduz a uma narração a dois níveis, como que num palco duplo: ação divina e ação humana influenciam-se reciprocamente. Os deuses são espectadores, mas intervêm rapidamente quando se sentem afetados” (BURKERT, 1993, p. 247). Neste mundo profundamente marcado pela presença do sagrado é que “[...] a unidade espiritual dos gregos foi criada e preservada pela poesia que, vindo ainda do domínio da oralidade, reuniu de modo feliz a liberdade e a forma, a espontaneidade e a configuração [...]” (BURKERT, 1993, p. 245). No plano dessa intervenção das deidades na vida cotidiana dos gregos, *A Ilíada*, destaca figuras como Zeus, Hera, Atena, Possêidon,⁷ Ares, Afrodite, Hefesto e Apolo, dentre outras. Zeus por exemplo, o “ajunta nuvens”, tal como designado por Homero, parece ter sido cultuado amplamente desde o Período Micênico

⁷ Optamos por adotar tal configuração ao nome do deus por ser a mais encontrada nas traduções para o Português, todavia, em alguns momentos, variações podem aparecer em razão das diferenças semânticas de uma língua para outra.

(1600-1200 a. C) conforme indicam placas de Linear B encontradas nos palácios de Cnossos e Pilos. Para Burkert (1993, p. 255) “[...] na época micênica Zeus é um dos deuses mais importantes, talvez o deus supremo: um dos meses tem o seu nome”.

Zeus é o rei dos deuses, *βασιλεύς*, conforme designou Homero e, a exemplo das demais divindades, também se posicionou a favor de gregos e troianos,⁸ por vezes se apiedando de uns e de outros. No decurso da guerra, as divindades intervinham cada qual à sua maneira para garantir a vitória daqueles de que se apiedavam. Possêidon, o “treme terra”, manifestamente intervém a favor dos aqueus. O “treme terra”, a exemplo de Zeus, também era cultuado de forma bastante difundida desde o Período Micênico. As mesmas placas em Linear B, encontradas em Cnossos e Pilos, indicam a presença do deus na vida religiosa dos micênicos. Sua participação nas atividades corriqueiras dos gregos rendeu-lhe no século VIII a.C., uma cidade em sua honra, na Itália meridional, a que chamaram Posidônia, “a cidade de Possêidon”. Da mesma forma, Homero deu ao deus lugar de destaque em sua *Ilíada*, seja pelo emprego de epítetos a ele atribuídos, seja pela recorrente referência aos elementos com os quais o deus se relaciona. Elementos que transmitem a ideia de uma devoção consolidada quando da composição do poema, que teria ocorrido por volta de 700 a.C.

⁸ Zeus varia sua posição ao longo dos cantos. Não se trata de estar neutro, como afirmam alguns autores. A depender daqueles que a ele se dirigem, muda de posição, beneficiando em alguns momentos gregos e, em outros, troianos.

As potestades gregas possuíam atributos por meios dos quais interferiam na vida dos homens. De fato, “o mundo de Homero ordenava-se por uma distribuição dos domínios e funções entre grandes deuses: a Zeus cabe a luz brilhante do céu (*aither*); e a Hades, a sombra brumosa (*aer*); a Posidão, o elemento líquido” (VERNANT, 2014, p. 113). Na *Iliáda*, ao aparecerem, os deuses estão, via de regra, associados a determinados lugares que segundo Mircea Eliade (2001, p. 18), podem revelar a existência desses espaços que assumem a condição de hierofania, de manifestação do sagrado. Assim “[...] para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica”. É esse o caso grego, em que os deuses recorrem a um conjunto de práticas e sinais que indicam sua manifestação em determinados lugares e paisagens. Atenção especial parece ser dada pelo poeta a Possêidon, contudo há que se considerar que “o mundo homérico conhece um grande número de figuras divinas, mas a importância delas é muito variada. Poucas são as que se imaginam presentes nos sucessos decisivos da vida e recebem culto” (OTTO, 2005, p. 121). Possêidon, certamente, figurou entre essas divindades, haja vista evidências de seu culto encontradas por toda a Grécia Continental e também pela Magna Grécia.

O deus teve um passado associado aos cavalos, razão pela qual tem referência à existência de um “Possêidon equino” que, nos tempos de Homero, passa a ser cultuado como um deus do mar, mas sua ligação com cavalos, “[...] também está ligada à água. Existe a nascente do cavalo, *Híppou Créne*, aberta pelo casco do primeiro cavalo” (BURKERT,

1993, p. 277). A relação do deus com a terra também é enfatizada, pois um substantivo composto, afirma Burkert, apresenta “o vocativo - *potēi* - senhor, porém a segunda componente - *da* - permanece desoladoramente ambígua” (BURKERT, 1993, p. 273). Já para Otto, não há dúvida que o segundo componente do nome do deus está relacionado com à terra, fato que, para ele, confirma-se a partir da identificação dada por Homero ao deus como “o treme terra”. Assim, ao sacudir as montanhas, “[...] Possêidon não apenas a fende como faz surgirem dela águas salobras e doces, e por isso é o deus das fontes e rios. Mas sua majestade se manifesta plenamente no mar, cuja agitação semelha o terremoto” (OTTO, 2005, p. 23).

Embora Possêidon tenha sido associado como senhor dos mares em um segundo momento, assim o trataremos, pois é nessa condição que foi cultuado, pelo menos desde os gregos de Homero. Mas a relação dos povos gregos com o mar pode ser mais antiga, haja vista que desde o final da Idade do Bronze (3500-2100/2000) os povos fenícios passam a frequentar as ilhas e o continente gregos.

Homero e a construção de uma geografia grega

Uma primeira consideração é necessária ao falarmos de uma geografia da Grécia: o espaço físico não é algo que se encerra em si mesmo, ele está associado de forma contínua ao mundo sobrenatural. O homem grego é profundamente religioso, de maneira que a paisagem o permite identificar-se como pertencente a um mundo posto sob a proteção dos deuses, ou seja, marcado pelo sagrado. Sob essa ótica, e na

perspectiva de Alfonso Maria Di Nola, entende-se que "um lugar é santo, separado, *agnos*, quando é habitado ou tocado por uma forma sobrenatural que determina um sentimento de medo-respeito" (DI NOLA, 1987, p. 123).

Nesse contexto, a proximidade com o mar (grego), conforme eles mesmos designavam o Mediterrâneo, propiciou o estabelecimento de relações de troca e comércio que naturalmente envolveram a navegação. A Grécia Arcaica, como mencionado por ocasião de nossa referência à fundação de Posidônia, no Sul da Itália, abrigou entre os séculos VIII e VI a.C., um processo de colonização do território que viria a se tornar a Magna Grécia. Tal processo teve desde sempre o mar como referência, seja devido o fornecimento de víveres, ou como via de navegação para os gregos imigrantes, que buscavam se apoderar de novas terras e fortalecer os laços comerciais.

Na *Ilíada*, o mar, via fluvial para novas terras, é retratado como imponente e revoltoso, o que exigia daqueles que nele se aventuravam uma invocação a Possêidon para que trouxesse bons ventos e conduzisse bem a ida e o retorno. Esse atributo do deus pode ser observado no Canto VII de *A Ilíada*, no que os troianos são favorecidos no combate, “[...] assim como um deus aos navegantes ansiosos favorece com um vento amigo, quando já esmoreceu de sulcar o oceano movendo a pulso os remos lisos, aos ansiosos Tróicos os dois irmãos apareceram” (*Il.*, VII, v. 4-8). Para além de uma fonte de alimentos, o mar é também uma superfície de deslocamento e assim “o navio, a rota marinha, o porto há muito equipado, a cidade comercial, são instrumentos a serviço das ci-

dades importantes, dos Estados e das economias mediterrânicas, os instrumentos de seus intercâmbios e, conseqüentemente, de sua riqueza” (BRAUDEL, 1988, p. 36). Trata-se do desenvolvimento de uma Talassocracia,⁹ que implicou num verdadeiro “culto ao mar”, já que as condições climáticas da Grécia ofereciam “uma bela temporada de navegação, de abril/maio até setembro/outubro” (LEFÈVRE, 2013, p. 37). Este culto, segundo Rodríguez López, se dava em circunstâncias que transcrevemos abaixo:

Prece e sacrifício foram os dois atos essenciais da conduta religiosa grega. Homens que adoravam Poseidon, como seu protetor, elevavam a ele suas preces antes de empreenderem uma viagem, em termos simples e sinceros, como evidenciado pelas inscrições que chegaram a nós como "dá-nos uma viagem segura." Sacrifícios também eram oferecidos em sua honra cada vez que se chegava de uma viagem perigosa (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2002, p. 36)

O movimento expansionista grego buscou por meio do estabelecimento de suas *apoikai*,¹⁰ assentar-se em locais favoráveis à fundação de portos, facilitando o carregamento das embarcações que à Grécia retornariam com suprimentos. Dessa forma, a colonização pode ser explicada, em grande parte, pela necessidade de as comunidades gregas viabilizarem seu abastecimento, recorrendo ao comércio e às trocas.

Walter Otto considera que “[...] não há no mundo homérico uma alternativa entre autonomia humana, de um lado, e a influência ou pro-

⁹ Designa as sociedades cuja base econômica está centrada nos domínios marítimos.

¹⁰ Cidades fundadas no território estrangeiro.

teção dispensada pela divindade, de outro. O que no homem quer e faz é ele mesmo e a divindade. Ambas as coisas são verdadeiras e no fundo, a mesma coisa” (OTTO, 2005, p. 166-167). Por conseguinte, tudo aquilo que se passa com os homens está sob a influência dos deuses, ideia que Homero deixa transparecer ao elevar o mar à condição de lugar marcado pelo divino, conforme podemos observar no Canto II em que, no contexto de um motim desencadeado pelos argivos, o poeta destaca que, estando os aqueus amedrontados diante da suntuosidade dos portões de Tróia “[...] uns exortando os outros a tomar os navios, arrastá-los ao mar salino-sacro, limpos canais [...]” (*Il.*, II, v. 151-153), queriam retornar. Noutro trecho, Agamêmnon insufla os gregos à batalha: “então, obedecem-me o mando: as naus postas primeiro a seco à beira-mar, façamos arrastar e lançar ao salino-mar divino [...]” (*Il.*, XIV, v. 74-77).

A força dada a Possêidon nos versos da epopeia demonstra que as manifestações da natureza estavam intimamente relacionadas à sua vontade. Cercados pelo mar, tudo estava sob sua constante influência, de forma que catástrofes naturais também eram atribuídas ao deus marítimo. Sob esse olhar, Burkert explica o trecho da *Odisséia* em que a força do deus fica transparecida:

O mito descreve como Possêidon quebra as montanhas e lança-as ao mar com seu tridente. Assim, Ajax, o lócria, que queria desafiar os deuses, é lançado para as profundezas juntamente com o rochedo onde se refugiava. Assim também, a ilha de Nisiro é arremessada sobre o gigante Polibotes. Dizia-se que tinha sido o seu tridente que tinha aberto o vale do Tempe, entre o Olimpo e Ossa, para que o lago que cobria a Tessália pudesse escorrer para o mar (BURKERT, 1993, p. 275)

O surpreendente torna-se, assim, manifestação do sobrenatural. Disso decorre, por exemplo, a necessidade de adorar aos deuses para aplacar sua ira, ocasionando o surgimento de templos por toda a Grécia, dentre os quais, “[...] muito importante é o templo de Poseidon localizado no promontório do Cabo Súnion, na ponta sul da Ática, onde o mar é muitas vezes abalado pelas tempestades, através das quais o deus mostrava seu poder” (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2002, p. 40). Segundo Burkert, “[...] todos os barcos que se dirigiam para Atenas eram saudados ao longe pelo templo luminoso em honra de Possêidon, situado no cabo Súnion” (BURKERT, 1993, p. 274).

Segundo o relato de Pausânias,¹¹ a própria Corinto traz, nos primórdios de sua fundação, uma relação com o mar. Sua descrição indica que os deuses Hélios e Poseidon teriam empreendido uma disputa pela região que resultou na tomada da parte alta da cidade (Acrocorinto) pelo primeiro e das demais regiões, incluindo a parte baixa, por Possêidon. Outro relato, este por sua vez, oriundo do poeta grego Eumelus,¹² designa a região como pertencente à deusa Épira, filha do deus Oceano.

¹¹ Pausânias viveu no século I d. C, mas sua obra, aliás, a única de sua autoria que se tem notícia, remonta a uma Grécia Continental dos tempos arcaicos a qual percorreu e relatou em “Descrição da Grécia”. A obra é considerada a primeira de caráter periegético ao descrever as formações geológicas e paisagens do território grego e também, o aspecto mítico que envolve a fundação de muitos desses locais, sendo basilar para os estudos de uma Geografia Grega ao lado de Hecateu de Mileto e Heródoto.

¹² Poeta grego do final dos séculos VII ou VI a.C., ao qual Pausânias recorre para escrever sobre Corinto.

¹³ Assim como Corinto, outras regiões integraram o movimento de expansão comercial, o que pode justificar a difusão do culto de Possêidon na Magna Grécia e Silícia.

O Mediterrâneo e o mar em *A Ilíada*

A Grécia dos tempos arcaicos insere-se num contexto espacial segundo o qual “[...] Homero acreditava que a Terra era redonda, plana e circundada por uma grande corrente” (TUAN, 2012, p. 63). Em sua paisagem predominantemente cercada por montanhas, o mar se transforma em estreitos. Esse é o caso do Mar Egeu, do Mar Negro, do Mar Tirreno e do Adriático. Geografia que permanece pouco alterada nos dias atuais. Na perspectiva trazida por Tuan:

“O mar, a terra fértil e as ilhas figuraram proeminentemente na imaginação dos gregos antigos. Isso não surpreende, pois os gregos dependiam do mar e dos pequenos espaços de solo fértil para sua subsistência; e as ilhas eram âncoras de segurança ou oásis de vida nas águas do oceano” (TUAN, 2012, p. 170).

Lefèvre considera que:

“Há outro elemento pelo menos tão presente quanto as montanhas na paisagem grega: o mar, sempre a menos de 100 km de qualquer ponto do território, sendo que, inversamente, quem navegava no Egeu nunca precisava percorrer mais de 60 km para chegar à terra, sempre ao alcance da vista (LEFÈVRE, 2013, p. 36).

¹³ Oceano, na classificação feita por Hesíodo, é um deus da primeira geração dos deuses gregos, depois teriam viado os Titãs e em seguida os deuses do Olimpo.

Tais condições tornaram possível a incorporação da pesca e das trocas no dia a dia das sociedades que habitavam a costa do Mediterrâneo, fazendo com que o deus do mar fosse considerado “[...] sobretudo, senhor e ajudante dos pescadores. Por isso, os pintores retratam-no com um peixe nas mãos, frequentemente com um delfim (BURKERT, 1993, p. 274). Importante considerar que especialistas têm se dedicado ao estudo do mar como entidade separada das demais paisagens. É o que propõe Ina Berg (2007), arqueóloga da Universidade de Manchester, ao empregar o termo *seascapes*, para designar as paisagens marinhas, entendidas como o meio natural/geográfico somado às sensações despertadas em cada indivíduo ao relacionar-se com o espaço marítimo. Essa é a relação que observamos em *A Ilíada* e que Yi-Fu Tuan classifica como “topofilia”, termo que designa “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural [...]” (TUAN, 2012, p. 135). Trata-se portanto, do sentimento associado ao lugar. Esse sentimento permeou o cotidiano dos marinheiros gregos que bem conheciam o Mediterrâneo e sabiam que ele era essencialmente, um mar de tempestades. Calmo no verão e revoltado durante o inverno.

Para Otto (2005, p. 23) “[...] Possêidon foi outrora um deus preeminente, de um domínio quase universal [...]”, condição que o torna temido e, ao mesmo tempo, digno de devoção em toda a Grécia. Outro aspecto pode explicar a relação de medo/proteção dos gregos para com o mar. Ele era também lugar propício à pirataria, “que prospera nesse dédalo insular rico em angras e outros portos naturais que facilitam a navegação para todos mas constituem esconderijos para emboscadas e bases de

largada para razias (LEFÈVRE, 2013, p. 46). O mar descrito por Homero, na condição de paisagem do medo, aterrorizava não só por suas tempestades, mas também, por ser gigantesco e fascinante. Quando se estava numa pequena embarcação indo de um lado para o outro a depender dos ventos, as distâncias eram maiores e maiores, também, as incertezas. Essa é a perspectiva de Braudel, segundo a qual “falar do Mediterrâneo na história, é portanto — primeiro cuidado e preocupação constante — atribuir-lhe suas dimensões verdadeiras, imaginá-lo numa vestimenta desmesurada. Ele sozinho era, outrora, um universo, um planeta” (BRAUDEL, 1988, p. 31).

A relação dos gregos com o mar é, portanto, plural, na medida em que não deriva de um só fator, seja o econômico, o religioso ou o cultural, mas revela-se carregada de afetividade. Nesse sentido:

“Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências do grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 91).

Os epítetos que destacamos anteriormente, “mar cor de vinho” e “mar cinza”, podem, no ambiente grego, representar uma relação que, para Tuan, significa que “a atitude em relação ao mar era ambivalente. O mar tinha beleza e utilidade, mas era também uma força escura e assustadora [...] quando calmo, aparecia com a beleza de um “vinho escuro”, quando bravo, engolia navios e marinheiros” (TUAN, 2012, p. 171). O “mar cor de cinza,” bravio, ao qual Homero se refere em seus

poemas, é resultado dos fenômenos meteorológicos característicos da bacia do Mediterrâneo, que a partir de outubro vê suas depressões oceânicas carregadas de umidade:

“Os ventos de todas as direções avançam sobre elas e empurram-nas, rechaçam-nas em direção ao Oriente. O mar escurece, assume as tonalidades cinzas do Báltico, ou então, enterrado sob uma poeira de espuma branca, parece cobrir-se de neve. E desencadeiam-se as tempestades, as terríveis tempestades. Ventos devastadores: o mistral, o borah, atormentam o mar e, em terra, é preciso abrigar-se contra seu furor e sua violência” (BRAUDEL, 1988, p. 13)

A tempestade e o furor das águas que a acompanham são portadoras da seguinte característica: “[...] tudo o que é grande é perigoso pode causar dano ao homem que não está sob sua proteção. Nos domínios dos deuses mora o perigo. Muitas vezes eles irrompem como uma tempestade na bem ordenada vida dos homens” (OTTO, 2005, p. 220). Tais tempestades, classificadas por muitos autores como sendo devastadoras e, por sua vez, presentes no cotidiano das populações instaladas em torno do Mediterrâneo, fazem com que seu temor se estenda pelos séculos, de modo que Burkert as considerem “uma epifania do deus que no ano de 480 a.C., “[...] se levantou subitamente do Norte e se abateu sobre a frota persa na Tessália, os gregos fizeram votos a Possêidon, derramaram líquidos no mar e iniciaram um novo culto de Possêidon, o salvador, *sóter* [...]” (BURKERT, 1993, p. 274). Nesse sentido, “[...] o mar assusta, porque representa perigo, surpresa, riscos bruscos, mesmo nos caminhos familiares. As cerimônias religiosas que se mantiveram até nossos dias em tantos portos do Mediterrâneo são ritos mágicos in-

cessantemente repetidos contra os caprichos das tormentas e tempestades” (BRAUDEL, 1988, p. 37).

O poder da tempestade de inverno transparece nos versos da epopeia quando, no Canto III, os exércitos de Páris e Menelau se põem frente a frente e assim constituem uma metáfora segundo a qual:

Dispostas as fileiras, sob a hegemonia do capitães de cada parte, já os Troianos investem, estridente alarido de pássaros; assim gritam os grous, sob o céu, à espantosa tempestade invernal fugindo sobre o Oceano irruente a morte e a Moira levando aos Pigeus, pois do alto do ar lhes movem guerra lutulenta (II., III, v. 1-7).

No Canto IV, o mar cinza é explorado como um espaço que deve ser ocupado com reserva. Diante das fileiras de homens, Idomeu,¹⁴ encorajava os que:

“[...] À ominosa guerra se furtavam, com palavras coléricas os verberava: ‘flecheiros fanfarrões, Aqueus vexaminosos, não tendes brio? Por eu - como filhotes tímidos de corça que, depois de correr pelo prado, exânimes, detêm-se - estais inermes, pávidos, sem fibra para a luta? Esperais que os troianos avancem até onde nossas naus descansam, lindas popas, na praia, à beira do mar cinza? ou será que aguardais a mão de Zeus Croníade?” Il., IV, v. 239 - 247).

Ainda no mesmo Canto, o mar é lembrado como lugar de beleza e de contemplação. Ares castigava os gregos em batalha e Hera diante do exposto, toma seus cavalos que a conduzem num carro até a presença de Zeus a quem se dirige nos seguintes termos:

¹⁴ Rei de Creta e também um guerreiro grego estimado por Agamêmnon.

Zeus Pai, se eu castigar Ares com o rigor devido e o afastar do campo de batalha? Volta-se e lhe responde Zeus ajunta-nuvens: mais valerá que incites de encontro a ele Atena predadora; ninguém melhor para puni-lo. Disse. E assentiu a deusa braços-brancos, Hera. Fustigou os corcéis que de bom grado voam entre a terra e o estelário. Quanto abarca a vista, a perder-se na bruma, de quem, de um mirante contempla o oceano roxo, cor de vinho [...] (Il., IV, v. 262-271).

Associado à “cor de vinho”, o mar desperta também ambição e glória. Em meio à batalha, Heitor ¹⁵ propõe aos aqueus um duelo entre ele e o melhor dos guerreiros gregos e projeta sua vitória: “um dia, no futuro, em suas naus polirreme sulcando as ondas do mar cor-de-vinho, um navegante dirá: vejam, é a tumba de um herói de antanho, matou-o Héctor fulgurante. Dirá. E minha glória viverá perene” (Il., VII, v. 86-91).

Considerações finais

Num contexto de interação dos gregos com o sagrado, Homero nos permite, por meio da poesia, pensar o lugar das práticas religiosas na organização do mundo. Ao considerarmos que “o espaço é um elemento da cognição humana e expressa princípios de ordem e classificação segundo as necessidades das ações sociais” (NAVARRO, 2007, p. 15), poesia, natureza, economia e cosmos são, no mundo de Homero uma só coisa. Assim, o espaço marinho representou para as sociedades gregas arcaicas uma paisagem capaz de unir tais elementos na medida em que, através das manifestações de Possêidon que nele ocorreram, os

¹⁵ Príncipes de Troia e, dentre os troianos, o melhor dos guerreiros.

demais aspectos da vida social se configuraram, tal como exemplificado por nossa referência ao desenvolvimento de atividades comerciais no VIII século a.C., que em seu transcorrer, ora remetiam à força e ira do deus, ora às bem-aventuranças que também o acompanhavam. Nesse sentido, de cunho literário, *A Ilíada* nos permite historicizar os sujeitos nela contidos e suas respectivas visões de mundo.

Referências

Documentação textual

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Haroldo de Campos. São Paulo: Benvirá, 2010. v. I e II.

Obras de apoio

BERG, I. Aegean Bronze Age seascapes: a case study in maritime movement, contact and interaction. in: ANTONIADOU, Sophia; PACE, Anthony. (Eds.) *Mediterranean Crossroads*. Atenas Pierides Foundation, 2007.

BRAUDEL, F. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FLORENZANO, M. B. B; HIRATA, E. F.V. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LUNA, S.V.de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 2002.

NAVARRO, A.G. *Sobre el concepto de espacio*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, n.17, p. 3-21, 2007.

OTTO, W. F. *Os deuses da Grécia: a imagem do divino na visão do espírito grego*. São Paulo: Odysseus, 2005.

PARRY, M. *The traditional epithet in Homer*. In: Parry, Adam (Ed.). *The making of Homeric verse*. N. York: Oxford University Press, 1987.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. I. *Poseidon y el Thiasos marino em el arte mediterráneo: desde sus origens hasta el S. XVI*. Tese (Doutorado). Universidade Complutense de Madrid - Departamento de História del Arte II (Moderno), 2002.

SKLIAR, C. *O ensinar enquanto travessia: linguagens, leituras, escritas e alteridades para uma poética da educação*. Salvador: Edufba, 2014.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Recebido em: 07/04/2016

Aceito em: 17/08/2016

RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARANÁ: DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS AO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES DE PARANAGUÁ (1938-1963).

RESIGNIFICACIONES DEL PATRIMONIO CULTURAL EN PARANÁ: DEL COLEGIO DE LOS JESUÍTAS A LO MUSEO DE ARQUEOLOGÍA Y ARTES POPULARES DE PARANAGUÁ (1938-1963).

Vinícius Assis¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de investigar os significados atribuídos ao patrimônio conhecido como Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. O edifício é uma construção do século XVIII, que após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil (1760) acabou se tornando uma ruína. Entretanto foi o primeiro edifício a ser tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no estado do Paraná, e hoje abriga a sede expositiva do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Ao desenvolver a pesquisa foi necessária a utilização de metodologias que abarcassem os significados e a construção de identidades inseridas nas práticas

¹Graduando em História pela Universidade Estadual de Londrina. Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (o PIBID) de História em 2014 e 2015, hoje é bolsista do projeto Patrimônio cultural e museu: a história das coleções e do acervo do Museu Histórico de Londrina/PR (1970/2000). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase nas políticas culturais e práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Paraná.

patrimoniais. Tal análise nos permite compreender os valores atribuídos ao patrimônio, às práticas de preservação por instituições e profissionais do setor, bem como a função política e social do conceito de patrimônio perante as disputas pelo prédio histórico por diferentes instituições no Paraná.

Palavras chave: Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. Identidade. Memória. Patrimônio Cultural.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo investigar los significados atribuidos al patrimonio conocido como Colegio de los Jesuítas de Paranaguá. El edificio es una construcción del siglo XVIII, que después de la expulsión de la Compañía de Jesús de Brasil (1760) se convirtió en una ruina. Sin embargo, fue el primer edificio reconocido por el Departamento de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, en el estado de Paraná, y en la actualidad alberga la sede del Museo de Arqueología de Etnología de la Universidad Federal de Paraná. Desarrollado la investigación utilizando metodologías que abarcasen los significados y la construcción de identidades introducidos en las prácticas de patrimonio. Este análisis nos permite comprender los valores atribuidos a la herencia, las prácticas de conservación por parte de instituciones y profesionales del sector, así como el papel político y social del concepto de patrimonio antes de disputas del edificio histórico por diferentes instituciones en Paraná.

Palabras clave: Colegio de los Jesuitas de Paranaguá. Identidad. Memoria. Patrimonio Cultural.

Introdução

Desde as primeiras práticas de preservação do patrimônio, no decorrer do século XX, estas sempre recaíram sobre a herança paterna, bens de família, e bens materiais ou não, de pessoas ou empresas. As

qualificações adjetivas que aparecem junto ao termo – histórico, cultural, mundial, arqueológico, natural, nacional – mostram que este é um produto heterogêneo e vítima da incoerência, fruto de seu ecletismo no tempo histórico. É de conhecimento corrente que patrimônio se refere a um bem destinado ao usufruto de determinadas sociedades, constituído na acumulação contínua de objetos que legitimam uma consciência histórica, a ruptura ou a congregação de seu passado comum (CHOAY, 2006)².

Por outro lado, ao ser analisado em perspectiva histórica, nota-se que “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2013). Sob esse ponto de vista, os valores atribuídos aos bens móveis e intangíveis, bem como suas práticas de preservação por instituições e profissionais do setor, devem ser compreendidos considerando o decorrer do tempo histórico. Exemplos desse processo são: a consolidação de monumentos históricos, a institucionalização de políticas e órgãos patrimoniais que visam à preservação de edifícios e hábitos, além da criação de museus e arquivos para salvaguarda de determinadas memórias coletivas.

² Edificações, cidades históricas (também intitulados monumentos históricos), obras dos mais variados gêneros artísticos, além de trabalhos e produtos de todos os saberes inserem-se no campo de bens suscetíveis ao patrimônio como sinalizou Françoise Choay com a expressão “Arca de Noé” (CHOAY, 2006, p. 209).

Na condição de “lugares de memória”, os edifícios tombados como patrimônio são marcos testemunhais de outra era e refletem uma consciência pedagógica e contemplativa da história (NORA, 1993). Diante de tais questões, este trabalho tem por objetivo investigar a história que envolve o tombamento do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

A pesquisa focou, dentre as muitas possibilidades de abordagens e recortes, o processo de tombamento do edifício e sua função social perante instituições federais e locais. Em função disso, foi necessário: 1) Analisar os significados atribuídos ao conceito de patrimônio que legitimaram o tombamento do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá; 2) Compreender a função política e social do edifício no meio das disputas pelo edifício por diferentes instituições políticas e culturais; 3) Por fim, evidenciar a memória preservada do edifício no atual espaço museológico.

Ao desenvolver a pesquisa foi necessária a utilização de metodologias que abarcam a pluralidade semântica e a construção de identidades inseridas no conceito de patrimônio. Para tanto nos apropriaremos da “história dos conceitos”, desenvolvida por Reinhart Koselleck, no qual investigando a produção de significados de determinados conceitos, tornou-se possível compreender suas funções políticas e sociais, além inseri-las numa complexidade de significados produzida por instituições e grupos sociais, resultando em uma batalha

semântica que vem a definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude dos significados do conceito no presente.

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentidos. (KOSELLECK, 2006, p.109).

Os processos de permanência, transformação e inovação são compreendidos diacronicamente ao longo das significações e apropriações de um conceito determinado, fornecendo indicadores para a história social. O patrimônio, portanto, vem associado a uma pluralidade de significados que legitimam o tombamento e preservação de bens que congregam a consciência histórica de um passado comum.

Patrimônio e as construções da nação

Discussões sobre identidade nacional sempre tiveram diferentes perspectivas e significados no Brasil, desde a independência (1822). Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Imperial de Belas Artes e Academia Brasileira de Letras desempenharam um papel fundamental nas produções historiográficas, artísticas e literárias sobre a questão nacional no século XIX, período

em que conhecimento da história adquiriu um sentido legitimador para decisões de natureza política, nacionalista e de singularidade física da Nação em construção (GUIMARÃES, 1988).

No Paraná, já no início do século XX, instituições criadas em Curitiba e Paranaguá vieram a reforçar a imagem paranaense – os Institutos Histórico e Geográfico Paranaense e de Paranaguá, o Museu Paranaense, o Círculo de Estudos Bandeirantes, o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense e o Club Litterario de Paranaguá – perante o Estado Nacional e à nação. O discurso paranista tomou força nesse período, enfatizando a visão paradisíaca da terra e da gente do Paraná, as riquezas naturais e um nativismo que buscou consolidar um patrimônio cultural para o estado (KERSTEN, 2000, p.115).

Com a deflagração do golpe de Getúlio Vargas (1937), consolidando o Estado Novo, conceitos como nação e identidade passaram a compor as políticas do Estado, momento em que se deu também a institucionalização da preservação cultural, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1937. Segundo o Artigo 1º do Decreto, constitui patrimônio:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Através do SPHAN, o Estado veio a preservar o patrimônio histórico e artístico da nação, estabelecendo uma série de normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens materiais (áreas urbanas, edificações, objetos móveis, em geral de cunho religioso), enquadrando-os na perspectiva de patrimônio nacional. Segundo Chuva, a escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, que revelasse a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações do futuro e conter as diferenças do presente (CHUVA, 2009). Tais monumentos têm por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, com a mediação da memória ou da história (CHOAY 2006).

A atuação do SPHAN no estado do Paraná começou momentos antes da aprovação do Decreto-lei nº 25, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade – primeiro diretor do SPHAN – envia uma solicitação a David Carneiro – intelectual e historiador paranaense – em abril de 1937, no qual é pedida uma consulta sobre a possibilidade de Carneiro relacionar as obras de arquitetura civil, religiosa e militar existentes no Paraná e que possam ser integradas ao futuro patrimônio histórico e artístico nacional. Carneiro, rapidamente, responde à solicitação ao enviar uma lista com os bens possíveis e serem tombados pelo patrimônio nacional:

Com infinito prazer tomaria a mim organizar a lista e a justificação de proposta das obras notáveis de arquitetura civil,

religiosa e militar de meu Estado, mas como elas são pouquíssimas, da-las-hei aqui, desde logo:

1- Litoral a)- Fortaleza de Paranaguá. Construída no reinado de D. Pedro I, com material da Cotinga. Histórica pelo caso do cruzador Comorant – 29. VI. 1850.

b) Convento dos Jesuítas. Tem aspectos arquitetônicos curiozos, e possui a boca de um subterrâneo entupido por ordem superior pelos soldados do 2º Batalhão de engenharia. Esse túnel, sabe-se por tradição, que passava por baixo da cidade ligando o convento ao porto dos padres.

2- 1 Planalto de Curitiba: Cidade da Lapa. (Histórica desde 1894).

a) Igreja – construída em 1784.

b) Casa em que morreram o Cel Dulcídio Pereira, Joaquim Lacerda, e onde se firmou o documento de capitulação da praça a 11. II. 1894.

c) Casa em que morreu o General Antonio Ernesto Gomes Carneiro.

(Assim como Ouro Preto foi declarado monumento nacional, parece-me que a Lapa, que barrou o avanço federalista por 26 dias, salvando a República, devia também ser contemplada com glória semelhante).

3- (2 Planalto da Serrinha) – Fazenda da Fortaleza, perto de Tibagi.

4- Planalto de Guarapuava – Nenhum monumento subziste.³

Dos bens selecionados, o chamado Convento dos Jesuítas foi o primeiro a ser tombado pelo SPHAN no Paraná, em 24 de maio de 1938. Sendo um edifício de cunho religioso e o mais antigo da lista de

³A cópia das documentações de Rodrigo Melo Franco de Andrade e David Carneiro, encontram-se na Superintendência do IPHAN do Paraná, em Curitiba, e foi cedida para o desenvolvimento da pesquisa.

David Carneiro⁴, fica evidente a importância do mesmo perante as concepções de patrimônio do SPHAN, uma vez que remete à presença colonial portuguesa e a importância da religião católica na formação do território que hoje é o Paraná. Delimitado pelas políticas centralizadoras do Estado Novo, as ações do patrimônio histórico artístico nacional vieram a demarcar uma territorialização da nação partindo do que foi denominada “parte construída” do Brasil, significando uma noção de civilização, na medida em que se valorizou a chamada “arquitetura tradicional”, herdada da formação social portuguesa do Brasil (CHUVA, 2009).



Imagem 1: Fundos do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, antes do tombamento (1938). Destaque para as diferentes janelas, produtos das diversas apropriações do edifício entre os séculos XVIII ao XX. **Fonte:**

MAE/UEDD

⁴O edifício é datado em 1755, sendo um colégio onde os padres da Companhia de Jesus lecionaram o ensino primário, latimidade e dogmas da Igreja Católica para os filhos da nobreza de Paranaguá.



Imagem 2: Sua arquitetura, tradicionalmente empregada por ordens religiosas em seus conventos e mosteiros no Brasil colonial, dispõe os vários corpos da construção em “quadra”, formando-se um pátio interno com grossas arcadas.

Fonte: MAE/UFPR.

Disputas pelo Próprio Nacional

Após seu tombamento, vemos a sacralização do edifício não apenas como símbolo da nação, mas também como “*célula mater*” da educação e formação da “*gente do Paraná*”, tal discurso se deu através de pesquisas e ofícios produzidos pelos políticos locais e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Por ocasião das comemorações do tricentenário da fundação de Paranaguá, em 1948, o então prefeito João Eugênio Cominese enviou um ofício à Câmara Municipal alegando a importância do patrimônio *parnanguara* enquanto representação de sua posição que por direito lhe caiba da história:

Como sabem V.Ex^a. E demais ilustre Srs. Vereradores a nossa cidade tendo completado há pouco o seu 3º Centenário, é por esse motivo que depositaria de honrosas tradições ao lado dum

rico patrimônio histórico, tendo, com a recente comemoração da Carta Régia de 29 de julho de 1648, conquistado a importante posição que por direito lhe caiba na História pátria e injustamente esquecida pela matéria dos nossos historiadores, de ter sido no século 17, como povoação mais meridional do imperio lusitano na America, e cabeça de ponte para a projeção da soberania de Portugal ao Sul e Oeste [...]

Fica evidente o caráter contemplativo não apenas do prefeito, mas dos órgãos administrativos de Paranaguá, a respeito de seu patrimônio histórico como marco de uma história patriótica, ainda na documentação, este exprime as vantagens do turismo patrimonial para o progresso local, além solicitar à Câmara “uma Lei de Desapropriação, por utilidade pública, dos imóveis particulares compreendidos na quadra do Colégio Velho dos Jesuítas, já tombado e que será entregue ao Município para nele instalar Museu, Pinacoteca e Biblioteca Municipaes” (Ofício nº 420 do Prefeito Municipal de Paranaguá à Câmara Legislativa. 07/08/1948).

Nesse contexto, foi decretado a fundação de um museu no *convento dos jesuítas*, a partir do Decreto Estadual nº 71.17 de 2 de junho de 1949, no qual se cria o Museu de Paranaguá em parceria com o Governo do Estado, Municipal e o departamento de cultura, da Secretaria da Educação e Cultura. Para a execução do projeto os trabalhos de restauração foram iniciados no mesmo ano pela DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo SPHAN) e concluídos com recursos da Prefeitura Municipal, tratava-se da implantação de um museu instituído num próprio nacional tombado em 1938.

Após o término das obras de restauração do Colégio dos Jesuítas em 1953, o grupo de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGPG) também se inseriu na “disputa” pelo próprio nacional seguindo suas concepções sobre patrimônio. Praticamente em todas as edições da revista do Instituto tinha um artigo sobre o edifício, sempre ressaltando o seu caráter simbólico para a educação e formação do Paraná (FURTADO, 2006). Das manifestações que tais intelectuais nutriam pelo edifício vale destacar o discurso registrado na ata de cerimônia de extração de uma pedra do pavimento térreo do Colégio dos Jesuítas, proferido por Joaquim Tramujas – então presidente do IHGPG – 31 de março de 1954. Segundo Furtado a cerimônia pública celebrava o “duocentésimo quinquagésimo aniversário do início da construção do colégio jesuíta”, além do início da construção do atual Colégio Medianeira, em Curitiba. Em seu discurso, Tramujas afirma que

[...] a pedra que hoje trasladamos para Curitiba é a manifestação viva no presente de um passado que nos orgulhamos de recordar, é o traço de união entre um passado que nas lutas para a sedimentação de uma vila que começava a andar se caracterizava por atos do mais alto coturno moral e um presente que, para acompanhar a evolução natural da sociedade para mantê-la em um nível moral assim como desejariam os nossos antepassados, tem que se estribar nos preceitos certos e altissonantes da filosofia cristã.

Herdeiro de uma concepção patriótica e pedagógica da história, o discurso do presidente do IHGPG apresenta a translação da pedra fundamental do Colégio dos Jesuítas para Curitiba enquanto marcha progressiva para o futuro, presente e passado, no qual o uso da história,

ao ser filtrado enquanto exemplos e modelos para o presente e futuro podem conduzir ao aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos, logo a história é vista como mestra da vida (KOSELLECK, 2006).

Diante de tais fatos fica claro que a Prefeitura de Paranaguá e a diretoria do IHGPG ignorava o significado do processo de tombamento do colégio jesuítico em 1938, além das políticas culturais implantadas pela DPHAN no Brasil. O episódio é comentado por Rodrigo Melo Franco de Andrade em correspondência a José Loureiro Fernandes – intelectual paranaense, interlocutor entre o patrimônio nacional com os intelectuais de Paranaguá e primeiro diretor do museu – em maio de 1960. Andrade afirma que não teve conhecimento da remoção da pedra para o referido estabelecimento e condena como “iniciativa leviana e que por certo não seria tomada se os padres que a praticaram tivessem conhecimento de que ela importava em infração do Código Penal”.

Não se pode deixar de realçar que esse evento ocorreu dois anos antes da DPHAN, através do ofício nº 1330 de 7 de dezembro de 1956, conceder ao IHGPG a posse provisória das chaves do “antigo colégio”. Segundo a documentação, o Instituto recebia a “guarda do bem tombado” após três anos da restauração pela DPHAN e Prefeitura Municipal. Ao receber o termo de entrega das chaves, Tramujas afirma, em ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade que tem a “satisfação de comunicar a essa Diretoria que, dentro em pouco se instalará numa das suas salas o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, no mesmo edifício se instalando o Museu com todas as suas secções”.

Do Colégio dos Jesuítas ao Museu de Arqueologia e Artes Populares

A intenção até o momento era, além de transferir a sede do IHGPG para o Colégio dos Jesuítas, a criação de um museu – sobre direção do Instituto – onde haveria a tentativa de consolidar a história de Paranaguá, por meio do acervo do Instituto e do próprio edifício, valorizados como autênticos fragmentos do passado. Tal proposta legitimaria o reconhecimento de Paranaguá como “berço da civilização paranaense”. O museu do IHGPG acabou não se concretizando no Colégio dos Jesuítas, mas sim na atual sede da instituição (ao lado do MAE), quatro meses após a inauguração do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no segundo semestre de 1963. Nossa análise permite concluir que tal proposta museológica não se concretizou devido às divergências significativas do conceito de patrimônio, entre o IHGPG e a DPHAN.

Contrapondo-se a esse ideal, outra intervenção ao patrimônio histórico nacional ocorre através do ofício nº 1243/57 da Universidade Federal do Paraná, datado de 25 de novembro de 1956, na qual o reitor Flávio Suplicy de Lacerda contempla dois objetivos:

[...] a organização do departamento de antropologia... sendo nosso desejo incentivar as pesquisas científicas que vêm sendo realizadas a par das atividades didáticas daquela cátedra... está credenciada pela reitoria da Universidade a ter um entendimento com Vossa excelência a propósito do Museu de Arqueologia e

Artes Populares a ser instalado no secular Colégio dos Jesuítas em Paranaguá [...] (FURTADO, 2006, p. 266).

Com a organização do departamento de antropologia e a consolidação das pesquisas acadêmicas no litoral paranaense em arqueologia e etnologia, sobre liderança do professor José Loureiro Fernandes, o próprio nacional adquire uma nova relevância museológica. O Museu de Arqueologia de Artes Populares de Paranaguá – atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – começa a ter consistência.

Por meio do documento intitulado “Convênio entre a Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para instalação do museu de Paranaguá”, de 17 de julho de 1958, no qual o diretor de ensino superior, Dr. Jurandyr Lodi, o reitor da UFPR, professor Flávio Suplicy de Lacerda e Rodrigo de Melo Franco de Andrade, são firmadas dezesseis cláusulas, entre elas:

Cláusula I: A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D.P.H.A.N), responsável pelo próprio nacional situado à rua 15 de novembro nº 4, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, conhecido como antigo Colégio dos Jesuítas e recentemente restaurado por aquele órgão, o confia à guarda da Universidade do Paraná, para o fim de nele ser instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá.

Cláusula II: O Museu terá como finalidades: a) servir à pesquisa científica, pela realização de trabalhos de campo e de laboratório e pelo colecionamento de peças de arqueologia e notadamente da região; b) contribuir para a educação popular, pelo franqueamento de suas coleções pela realização de cursos, de conferências, publicações e outras atividades tendentes a esse fim.

Cláusula III: O Museu constituirá instituto universitário, integrante do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, ao qual ficará subordinado técnica e administrativamente, por intermédio de seu Diretor

Cláusula XIII: É facultativo ao Instituto Histórico de Paranaguá usar o auditório do Museu para suas reuniões, em harmonia de atividades com o programa do Museu e, bem assim, ocupar uma dependência do prédio.

Assinado o Convênio, as finalidades do museu – de acordo com as cláusulas estabelecidas no documento – eram as de servir à pesquisa científica, promover educação popular e criar um Instituto Universitário como parte do Instituto de Pesquisa (daquela Universidade). As demais cláusulas se referem ao pessoal administrativo, as responsabilidades sobre obras e restaurações, as ações de solicitações para fomento as pesquisas e demais atividades técnicas do museu, além da necessidade de elaboração de um regimento interno.

Diferente do museu a ser desenvolvido pelo IHGPG foi desenvolvido um espaço museológico que visa preservar a memória dos habitantes locais, conhecidos como caiçaras – que se deu na miscigenação entre os “colonizadores” portugueses e os indígenas que já habitavam o litoral paranaense –, além dos remanescentes indígenas e arqueológicos encontrados no litoral paranaense: como os sambaquis. Vale lembrar também sua finalidade como instituição científica, com o objetivo de elaborar e promover pesquisas arqueológicas e etnográficas.

No entanto a concepção patrimonial do IPHAN ainda é presente no edifício uma vez que o museu foi inaugurado durante as comemorações do 315º aniversário de Paranaguá e o foco da imprensa

paranaense se deu perante a importância do colégio jesuítico enquanto patrimônio, antes e após a inauguração. A reportagem “Brasil de 10 mil anos poderá ser visto em Museu de Paranaguá”, do jornal Correio do Paraná, relata que o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá é “segundo os entendidos, a construção mais significativa como exemplo de arquitetura colonial no Paraná” e se integra no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já em “Esta velha construção guarda o passado histórico de Paranaguá”, do jornal o Estado do Paraná, afirma-se que foi durante as comemorações de 1948 (já mencionadas no texto) que “começa a ser realizado um movimento em prol da instalação de um museu neste prédio que é histórico e faz parte do acervo nacional”.

Considerações Finais

O presente texto visou compreender a ressignificação do conceito de patrimônio a partir do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, de seu tombamento como patrimônio histórico e artístico nacional à institucionalização do Museu de Arqueologia e Artes Populares. Visto que os tombamentos realizados pelo IPHAN durante o recorte temporal da pesquisa realizaram-se mais precisamente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Goiás (CHUVA, 2009), torna-se relevante a análise das práticas patrimoniais deste no estado do Paraná, uma vez que se inseria nos projetos

nacionalistas promovidos pelo Estado Novo (e após seu fim) e que devia contemplar os edifícios coloniais do território nacional.

As práticas em torno do patrimônio merecem de nós – historiadores – mais do que uma simples aprovação, sendo necessário problematizar sua consagração como objeto de culto, seu uso como gerado de identidade social, além das múltiplas operações destinadas a valorizá-lo e transformá-lo em produto cultural (CHOAY, 2006), seja a preservação, a modernização e a ressignificação. Sendo que, segundo Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (LE GOFF, 2003, p.469). Ademais ficou evidente que a pluralidade semântica do patrimônio – inserido no Colégio dos Jesuítas de Paranaguá – gerou sua disputa de memória pelos políticos locais e intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, instituição onde a história, mestra da vida, permanece em suas noções conceituais de patrimônio.

Nas fontes utilizadas para a pesquisa, notou-se a importância simbólica do edifício, enquanto patrimônio histórico e artístico nacional, e sua “vocação histórica” para tornar-se espaço museológico. Quanto ao patrimônio enquanto conceito nota-se, após a análise das fontes – sob a perspectiva da “história dos conceitos” de Koselleck – as diferentes significações do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá atribuídas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e a Prefeitura Municipal.

O Colégio dos Jesuítas de Paranaguá – atual sede expositiva do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – tornou-se um “lugar de memória”, expressão desenvolvida por Pierre Nora, referente à preservação da memória, da ascensão da história como representação de um passado remoto e ao processo de criação de locais de defesa da memória e pertencimentos de grupo (NORA, 1993). Para o autor mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (1993, p.21) Tal aura materializou-se no edifício aqui analisado, seja pelas perspectivas patrimoniais do IPHAN, ou pelos projetos e exposições do atual museu, uma vez que este tem como proposta a exposição das coleções arqueológicas e etnográficas, na perspectiva da evolução das técnicas de produção alimentícias e artesanais do homem.

Fontes Primárias

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm.>

Acesso em: 26/01/16.

Convênio entre Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para instalação do Museu de Paranaguá. 17/07/1958. In: Arquivo Documental da Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

Correspondência de David Carneiro a Rodrigo Mello Franco de Andrade. 08/04/1937. In: Arquivo Documental da Superintendência do IPHAN no Paraná.

Ofício nº 420 do Prefeito Municipal de Paranaguá à Câmara Legislativa. 07/08/1948. In: Arquivo Documental da Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, sábado, 27 de julho de 1963, ano V, nº 1255. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 26/01/2016.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, sexta feira, 4 de maio de 1973. Ano e nº desconhecido. In: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória.* Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FURTADO, Maria Regina. *José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus*. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura. Imprensa Oficial, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Recebido em: 23/06/2016.

Aceito em: 04/08/2016.

Resenhas

AMARAL, Ronaldo. Santos imaginários, santos reais: a literatura hagiográfica como fonte histórica. São Paulo: Intermeios, 2013.

José Walter Cracco Junior¹

O livro *Santos imaginários, santos reais. A literatura hagiográfica como fonte histórica* que aqui nos propomos a resenhar levanta problemáticas que concernem a relação entre hagiografia como fonte histórica e o Imaginário. O autor almeja no âmbito das manifestações maravilhosas do imaginário a mesma relevância histórica nas esferas referentes às expressões sociais, econômicas e políticas. À vista disso, Ronaldo Amaral nos propõe reflexões acerca das relações entre a História, a Literatura e o Imaginário, cuidando em seu livro de reafirmar a importância das hagiografias para que possamos vislumbrá-las à luz do passado tardo-antigo e medieval, bem como mostrar alguns caminhos para que os historiadores possam recair sobre elas seus olhares e se atentar às riquezas socioculturais que esses escritos compartilham acerca de um imaginário, que bem nos conta o autor, é sempre coletivo.

Portanto, na introdução e no capítulo um intitulado *A hagiografia como fonte histórica. O imaginário relegado* nos é apresentada, e somos levados a entender, as discussões teóricas no campo da história e do

¹ Graduando do curso de História da UFMS-CPTL, bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

imaginário onde ele se torna, por excelência, em ferramenta teórico-metodológico para análise da História. Os embates que concernem ao uso da literatura, em específico a literatura sagrada, como fonte histórica foram propiciados pela descoberta de novos métodos e teorias, nesse sentido seria uma heresia não mencionarmos a importância dos bolandistas, que por sua vez, compilavam erudições críticas de textos dedicados a santos, mesmo que naquela instância almejavam dados concretos que afirmassem uma existência real. Amaral também trata neste capítulo a importância de Hippolyte Delehaye ao ampliar os métodos bolandistas em que impunham problemas ao histórico da vida dos santos e buscava fatos verdadeiramente históricos, ou seja, para além do “fictício”. Todavia, já teria esse autor chamado a atenção para a hagiografia como fonte histórica, mesmo que seus métodos o levassem para um viés positivista em almejar a verdade objetiva, por consequência, separando o histórico do imaginário, o que Amaral em seu livro não propõe a separação da vida sociomaterial do imaginário. No entanto, é impreterível analisarmos as inovações de Delehaye a sua época, possibilitando assim entender à hagiografia como fonte histórica.

Ainda neste capítulo o autor trata que a partir do imaginário surgem hábitos, costumes e comportamentos capazes de apresentar a razão humana para o homem medieval onde suas bases fundantes estão arraigadas nas sensibilidades, nas estruturas do pensamento simbólico e analógico ao invés de pensamentos idiossincráticos forjados. Nesse sentido, nos é apresentada críticas por parte do autor aos métodos de tratamento dos santos de existência literária como não históricos. No que tange ao

refutamento dos santos criados pelo imaginário dos hagiográficos o autor rebate isso afirmando que todo santo fictício é um santo por excelência, pois cumpre sua razão a ausência que viria a responder, assim sendo, muitas vezes os santos são personagens ideais no caráter personificado da santidade e que os hagiógrafos não puderam lhe escolher, foram assim, impostos por suas circunstâncias espaço-temporais próprias buscando atender as necessidades materiais e mentais de seu período histórico. Desta forma, fica evidente para o autor que sua historicidade concreta pouco importa, mas sim os atributos supra-humanos do santo.

No capítulo dois *A emergência do imaginário nas fontes hagiográficas* o autor menciona a hagiografia como texto literário capaz de interessar ao historiador por lhe oferecer uma fonte ordenada, cujo estudo linguístico facilita o trabalho que contempla seu contexto dentro do fenômeno histórico. Amaral, tanto neste capítulo como em outros, irá inaugurar um debate historiográfico onde contrapõe historiadores que afirmam o sincero não ser histórico, mas sim o verdadeiro ser histórico. Nessa acepção o autor levará algumas páginas discutindo o que seria a verdade, sobretudo a verdade histórica, e defende que a “realidade” apresentada pelas hagiografias não devem ser julgadas por métodos, mas sim serem entendidas na categoria do verossímil ao invés do sincero e verdadeiro. Assim sendo, por tratar a hagiografia de uma história sagrada seu teor de verdade também não deve ser buscado nas circunstâncias e ideários no lugar daquele que fala, senão no lugar do qual se fala. Como afirmação de seus entendimentos o autor nos diz que as rea-

lidades fundadas em imagens e situações maravilhosas concebidas pelo imaginário são uma realidade tão verdadeira como a histórica.

Amaral continua por acentuar que à hagiografia interessa ao historiador enquanto o ajude na compreensão da vida social de sua época, embora sempre esteja atrelada a um processo histórico mais amplo, visto que a hagiografia é sempre um “recriar”, no entanto, devem ser vistas para além das estruturas econômicas e políticas, ou seja, deve ser concebida pelo imaginário. No discorrer do capítulo encontramos novas críticas, tanto benévolas como nefastas, a renomados historiadores, como Peter Brown e Santiago Castellanos a exemplo, sendo este último mais questionado, pois é partidário que a hagiografia não atende ao caráter de documento histórico, mas, apenas, pode ser tratada como fonte marginal e ser “desmentida” a partir de documentos ditos “oficiais”. Para isso, o autor nos ensinou que o que se almeja nas hagiografias é uma realidade menos precisa do que a dos documentos oficiais, visto que é menos carregada de ideologias do que tais documentos. Por meio dessas considerações o autor entende que a hagiografia é uma realidade construída e constitutiva por seus autores, uma vez que o autor é sempre o porta-voz de seu meio, concretizando assim a função do imaginário coletivo e dos ideais da comunidade. Após direcionar seus entendimentos, Amaral defende que o imaginário é um modo de apresentar a História.

No capítulo *Hagiografia, biografia e história* o autor irá questionar em conjunto com Jacques Le Goff, Loriga, Schwob, Pierre Bourdieu e outros autores a realização das biografias antes da modernidade, pois

essas não são capazes de apresentar significações históricas gerais no que concerne uma vida individual, nesse viés, o autor nos propõe utilizarmos para investigar o período medieval não a biografia, mas sim intentos biográficos. Assim, no que diz respeito ao “processo biográfico” da *vitae* dos santos, esse se ocupa mais com as pródigas realizações sagradas do que com o teor laico e a exatidão espaço-temporal, no entanto, Amaral não despreza que as *vitae* tragam informações de uma existência mais factível dos santos, porém toda informação “factível” nas hagiografias está mergulhada no imaginário, em circunstâncias fundamentadas e objetivadas no fabuloso, milagres, aparições demoníacas, curas e lugares estão ligadas por uma função simbólica que se remete mais a uma realidade transcendente do que factível. É ressaltado por Amaral que a inconsistência histórica acerca do personagem hagiográfico, quando se deseja a biografia, não está na fonte mesma, mas sim na abordagem do historiador, desta forma, a hagiografia trata de homens que deixam de sê-lo ao se tornarem, por sua escrita, santos, ou nas palavras do autor:

“O hagiógrafo cria o santo e para tanto recria sua personalidade histórica, ou seja, aquela, talvez a única, dada a conhecer pela história; assim, haverá na hagiografia sobretudo um santo e, portanto, um homem cuja história ficará, em grande medida, identificada mais com uma existência fabulosa que eminentemente profana” (p.75).

Seguindo esse pensamento, nos é apresentado uma crítica do autor acerca da pretensão da hagiografia como biografia, pois entende que seria algo faltoso, visto que é inviável “resgatar” uma personalidade

histórica factível e dá-la a conhecer posteriormente, mesmo munido de fontes. É muito latente no livro a questão de quando nos referimos a vida dos santos devemos nos ater mais ao espírito do discurso do que em sua letra, pois é neste que se emerge significados mais precisos da escrita e é ainda mais arraigado quando investigado pela ótica do imaginário.

O autor utiliza esse capítulo terceiro para assentar seu *modus cogitare* em que à hagiografia é constituída por verdade, sinceridade e realidade, isso porque, suas narrações se assentam em tempos, lugares e acontecimentos que antes de tudo são representações, portanto, as hagiografias são constituídas de lugares e situações ideais apresentadas por signos de transcendência, estruturas simbólicas e espaços do mítico e não por meros dados factíveis e positivos. Outro ponto fulcral tratado neste livro é quando o hagiógrafo é hagiografado, ou seja, quando descreve a si mesmo, para isso o autor traz exemplos de Valério do Bierzo, monge eremita que atribuía a si virtudes das vidas de outros padres do deserto. Para Amaral, esses eremitas mostravam tanta admiração por aqueles santos de sua mesma profissão monástica que imitá-los seria algo grandioso. Há também que se considerar a apropriação literária no âmbito hagiográfico na Idade Média, que seria mais do que uma subtração de textos e palavras das fontes, seria o que o autor chama de “aggiornamento” com adequações do lido e apropriado pelo autor vivido.

Referente ao capítulo quatro *A natureza do tempo e do espaço na hagiografia*, é explicitado a percepção do tempo e espaço profano/sagrado no imaginário de monges primitivos onde as noções de espa-

ço geográfico – deserto, árido ou floresta – é mais do que um lugar, é um não lugar, isto é, um lugar que rompe com lugares humanos e seu próprio mundo temporal. Desta forma, os lugares assentados nas hagiografias sempre se remetem a imagens de caráter divino transcendental do que propriamente em espaços geográficos materiais. Portanto, o autor vislumbra que os lugares mais importantes nas hagiografias são os lugares da santidade, os lugares se tornavam santos pela presença do santo propriamente dito que não carregava consigo pecados e por essa sua santidade tornava os lugares sagrados. Nesse intento, somos levados a entender que os lugares apresentados pelas hagiografias são mais do que descrições de lugares concretos passam a ser símbolos que revertem significantes profanos os tornando sagrados com efetiva participação dos santos, como os desertos.

Nos é apresentado ainda neste capítulo o quão os espaços geográficos de desconhecimento dos homens medievais eram concebidos por uma dimensão mítica e fabulosa, com isso, o autor quer ressaltar em sua obra que o espaço era pensado mais em totalidade do que parcialidade. Amaral diz ser “auspicioso” buscar nas hagiografias um estrito espaço geográfico exato, visto que na Antiguidade Cristã os espaços serviam para separar o eremita da sociedade, portanto essa cisão de espaços dentro das hagiografias é interpretada como uma cisão para com a realidade cósmica. Nesse sentido, Amaral defende neste capítulo que os santos conseguem romper com o tempo ordinário ao se transportar miraculosamente no tempo e no espaço presenciando assim lugares distintos e longínquos em tempo curto. Desta forma, cabe ao escritor da vida do

santo solitário demonstrar o lugar que ele não está, ou seja, extramundano, longe da sociedade e do pecado. O autor encerra este capítulo com a reflexão em que a vida e feitos de santos se desenvolvem em uma temporalidade da santidade, e não obedecem uma dinâmica aberta, portanto, os santos estão acima e além do espaço mundano.

No que concerne ao quinto e último capítulo *Hagiografia: a tradição da escrita, a escrita da tradição*, o autor nos coloca como latente a perícia que historiador tem para fazer emergir de um texto uma realidade, todavia, isso é possibilitado, e Amaral defende essa possibilidade, por meio de uma interpretação hermenêutica dos textos onde se objetiva atingir e extrair o espírito do texto, ou seja, a “vivência subjetiva do autor” que corresponderia ao seu meio sociocultural e mental. Nesse sentido, entendemos que para compreensão de um texto ou uma fonte deve-se levar em consideração todas as suas possibilidades de interpretação, ou seja, a intenção do leitor, a do próprio texto e a do autor. Outro pródigo ponto do capítulo são os apontamentos acerca da dificuldade de apreender o fato histórico em si, ou seja, compreende-lo em sua essência, pois cada apreensão, seja do leitor ou do autor, deforma-o, modela-o. Em consonância a isso é discorrido pelo autor que a realidade hagiográfica tem menos uma visão positiva e materialista da história, pois não almeja suas análises dos fenômenos religiosos por meio historicista, mas sim por meio de seus símbolos, metáforas, alegorias e outros meios que constituem a linguagem religiosa.

Ainda no que diz respeito a este capítulo quinto nos é explicitado que todo santo recriado por uma nova hagiografia, antes mesmo disso,

já era um santo consagrado pela tradição, todavia ao ser recriado ganha um novo corpo individual e social ao se inserir em um outro homem histórico e o hagiógrafo fica responsável por inseri-lo em um novo espaço-temporal. Esse processo, segundo o autor, se desemboca por um produto da imaginação que busca alicerçar insuficiências mundanas do presente. Esse modelo de santidade que se almeja é sempre uma construção baseada no coletivo, pois a imaginação é o ato de um ser social e obedece a esquemas de reorganização que são comuns a um grupo. O autor enfatiza que o imaginário gesta as hagiografias e exerce sobre elas um poder de realização, o poder da retomada. Amaral nos conta que todo modelo de santidade, seja qual for, partirá de Cristo, dessa forma a fonte de seu trabalho será as Sagradas Escrituras, portanto, ressalta que na Antiguidade Cristã havia interesses ideológicos, e que os seus contemporâneos leram as Sagradas Escrituras impelidos pelos acontecimentos da época, sobretudo em visões de mundo que estavam permeadas pelo maligno e influídas pela filosofia antiga – neoplatônica e escatológica.

Levando-se em conta o que foi observado, podemos entender o quão profícuo é considerar o imaginário como pedra angular de um entendimento mais pleno acerca da Antiguidade Cristã, visto que o imaginário é interdisciplinar e compreende a vida humana em seu sentido mais amplo e profundo, pois tece seu entendimento no simbólico. Portanto, essa obra de Ronaldo Amaral enalteceu as considerações, maneiras de pensar, críticas e novos caminhos para pesquisas no campo da História. Nesse sentido, sua obra torna-se por si só uma ferramenta teó-

rica aos interessados em vislumbrar as razões sensíveis dos homens nas hagiografias, sobretudo vistas à luz do imaginário.

Recebido em: 25/04/2016

Aceito em: 03/08/2016

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco e Roma: O mundo Grego no Império*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 320p.

*Hélio Gustavo da Silva Andrade*²

Maria Aparecida de Oliveira Silva – historiadora ligada à Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora no campo da História Clássica, língua e literatura da Grécia antiga, autora de outra obra sobre o autor em questão denominada *Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas*, de 2006, pela Edusp – expõe o papel de ligação e distanciamento entre as culturas grega e romana, desempenhado por Plutarco e sua obra, isto a partir de um extenso trabalho de doutoramento em História Social, desenvolvido entre 2003 e 2007, na Universidade de São Paulo. Trabalho este, amparado por amplas pesquisas em fontes primárias e correntes historiográficas. Assim, o livro *Plutarco e Roma: o Mundo Grego no Império*, de 2014, publicado pela Edusp, nasce como resultado da já citada pesquisa, abordando a forma como Plutarco (45 d.C. – 120 d.C.), um grego de Queronéia, trata a função da cultura grega e seus desdobramentos, durante o Principado, no Império Romano.

Entre os eixos em pauta, divididos em três partes, inicia-se, no capítulo I, a tratativa da relação entre Plutarco, Roma e os romanos; a partir da historiografia moderna, ressalta-se a conjuntura do período, a

² Formado em jornalismo pela Universidade do Oeste Paulista e aluno do curso de História e da especialização em História, Cultura e Poder na Universidade do Sagrado Coração, em Bauru/SP. Atua profissionalmente na área da educação em uma escola Waldorf.

qual os gregos tinham um *status* positivamente diferenciado em relação a outros povos sob domínio romano. Desse modo, Plutarco surge com um discurso integrador entre ambos os povos, criando, principalmente em territórios helenizados, ou seja, em regiões a oriente do império, uma visão estabilizadora que converge para uma sociedade greco-romana. A autora, entretanto, observa o caráter de superiorização do pensamento e conceito de civilização grego em relação a Roma, perceptível na obra plutarquiana, como, também, a influência grega nas políticas imperiais e na questão identitária do império eram fundamentais. Por outro lado, a afirmação pode ser exagerada, pois a Prof.^a Maria Aparecida enfatiza, de modo perspicaz que “[...] outros povos também exerceram influência nas decisões tomadas pelo imperador” (p.41).

Ainda assim, a relação entre Grécia e Roma é tema de diversos estudos por parte de especialistas que pesquisam Plutarco. Não obstante, é comum a tais estudos acabarem por reforçar uma ideia de cooptação da elite grega, por parte do império, com o intuito de sustentar o poder romano por meio da intelectualidade local, , ponto relativizado pela autora. Porquanto, segundo ela, é improvável um processo de domínio cultural ter ocorrido sem alguma resistência.

Para compreender o pensamento plutarquiano é necessário ressaltar a questão literária, pois a importância de Plutarco se propagou pelo império por influência de sua obra, cujo acesso a sua literatura era possível, em especial, para a elite. Com efeito, os romanos estavam habituados desde o século III a. C. “[...] com temas e estilos literários dos gregos”. “Ainda que no primeiro século antes de nossa era a tradição literá-

ria grega tenha passado por uma época de rupturas [...]”, manteve-se viva através da intelectualidade romana (p. 53). Essa manutenção da tradição literária, mesmo em período de afastamento oficial, permitiu um ressurgimento literário durante o principado, o qual foi chamado de Segunda Sofística, já que a primeira havia surgido há séculos, durante a Grécia clássica. O período, ainda, é colocado como a Renascença grega, isso porque intelectuais gregos encontraram um modo de evocar seu passado mesmo estando sob domínio romano.

Ainda sobre a Segunda Sofística, termo cunhado por Filóstrato décadas após a morte de Plutarco, a autora considera plausível reputar ao movimento certo exagero historiográfico e literário, pois tal enquadramento nasceu da necessidade de construir um conceito de continuidade nos acontecimentos históricos.

Silva expõe a ocorrência de um movimento de retorno à tradição literária grega, a Segunda Sofística, composta por um grupo de intelectuais, inclusive Plutarco, que convivia e participava da administração imperial acrescido o fato de possuírem, também, a cidadania romana. Assim, a literatura grega não seria apenas um modo de promover o conhecimento e a habilidade retórica helênica, mas principalmente para que Roma reconhecesse nos gregos a têmpera diferenciada, elemento imprescindível para a manutenção política e cultural romana. Desse modo, o povo desprovido “[...] (p.78), de pátria no sentido geográfico e político[...]”, poderia manter-se vivo por uma unidade consolidada em sua literatura.

A obra de Plutarco é analisada ou tida como [...] uma manifestação cultural-identitária de um grego no império (p.79), revelando, assim, um sentimento de pertencimento ao período, outrora glorioso, da Grécia clássica.

Outra característica de Plutarco, apontada a partir do capítulo II, foi sua fundamentação da cultura grega em uma estrutura monolítica, na qual as variações se davam por diferenças de habilidades técnicas de cada cidade-estado. Por outro lado, as diferenças perceptíveis na variação geográfica grega – a Grécia ia além da Ática e do Peloponeso – eram relativizadas, sendo que identidade convergia para o plano linguístico-cultural.

Não obstante, a Grécia era parte do império e por mais que sua cultura estivesse presente no mundo romano, os gregos ainda estariam subordinados ao poder imperial. Nesse âmbito, Plutarco teria reestruturado a história de seu povo. Como colocado pela autora, a obra plutarquiana traça um paralelo entre a história grega e a romana, buscando pontos comuns em seus mitos fundadores, Teseu e Rômulo, ligando o último genealogicamente aos gregos. Também procura explicar a absorção do mundo grego por Roma e a maneira como os padrões helênicos ajudaram a construir a própria civilização nascida no Lácio. Assim, segundo Silva, Plutarco destaca que as duas civilizações estão em um nível à parte, no qual os gregos são a sabedoria do império e os romanos a força bruta e militar, relegando ao restante dos povos ligados a Roma um papel dispensável em termos contributivos. Haveria uma constituição cultural de povos irmãos, mas, discretamente, ressalta que os roma-

nos não se aprofundavam em suas práticas como os gregos. Sintetizando, a autora traça, na página 130, o contexto acima citado como uma relação de proteção dos romanos das práticas culturais gregas, utilizando-as para fortalecer as suas tradições e organização, bem como para diferenciarem-se dos bárbaros presentes no império.

Ainda no capítulo II, como forma de demonstrar o verdadeiro motivo da derrocada grega, a autora cita a alusão de Plutarco sobre a Grécia clássica e as causas que levaram à sua fragilidade e dominação por parte de Roma. Dentre os fatores explicitados, ele aborda as guerras cidadinas, tendo como expoente máximo o conflito do Peloponeso e a corrupção e suborno personificados na figura de Alcibíades. Porém, algo ainda mais grave no discurso plutarquiano é a não manutenção da tradição, principalmente no tocante à questão étnica, ligada ao discurso filosófico. Por ter um pensamento higienista e eugênico, ele considerava a participação de estrangeiros ou mestiços um risco à sociedade grega, e imputa a Alcibíades, um homem de linhagem desconhecida, a desgraça ateniense e espartana. Além de relacionar a origem desse líder grego ao seu desvio de caráter, segundo os preceitos plutarquianos regidos por normas amparadas na tradição, Silva destaca que “O julgamento moral que Plutarco induz o leitor a fazer é inevitável, pois ele usa a história para mostrar o quanto a recusa pela disciplina filosófica guia os homens para acontecimentos funestos” (p.170).

Para a autora, Plutarco é diacrônico, ou seja, busca entender os fatos históricos de acordo com a evolução dos mesmos. Com tal visão, desenvolve uma narrativa esclarecedora para todo o período clássico

grego e seus conflitos até a conquista macedônica – partindo sempre da obra do pensador objeto central de seu livro e autores diversos que tratam sobre a temática –, chegando, por fim, ao “quadro de debilidade que surgem os romanos, fortes e vigorosos, a destruir e dominar a combatida Grécia” (p.199). Lembra, sempre, que o conceito de Grécia antiga não é baseado em um estado-nação e sim em cidades-estados agregadas em pequenas ligas que tinham em comum uma consistente matriz linguística, religiosa e cultural.

No capítulo III, ao tratar do mundo grego no império, Silva descreve o próprio conceito de Grécia antiga como uma criação moderna, ao passo que na Antiguidade a região consistia em várias cidades-estado agregadas em ligas. Embora haja essa fragmentação, o conceito de ser grego era existente, de modo que rechaça uma ideia bem difundida e defendida, inclusive, pela renomada Susan Alcock (1994), de que o triunfo romano teria criado a Grécia. “A noção de Grécia, portanto, não nasceu após a conquista romana; já havia entre os escritores gregos a necessidade de estabelecer traços característicos e distintivos dela.” (p.208).

Outro ponto que leva a distinguir as culturas em questão é o próprio início de uma realidade greco-romana, principiada no século III a. C., quando os gregos influenciam a organização institucional da Sicília e Magna Grécia com a adoção de um calendário comum, sistema de pesos e medidas e festas à moda grega, como descrito no terceiro capítulo. A autora sublinha tais elementos como alguns dos responsáveis pela familiaridade dos romanos com as práticas helênicas.

Em contrapartida, é destacado na pesquisa que os gregos que ocupam a antiga Grécia conservam suas práticas afastadas do modo de vida dos romanos, recusando-se a absorver algo do império. Um ponto interessante, pois a autora expõe que a maior ferramenta de helenização do império, por parte dos romanos, é o latim.

A dominação, porém, é relativa se analisada a partir de Plutarco, de modo que o mesmo aponta: “o quadro político romano não apenas expõe ao romano o que é ser grego, como ainda aponta o que há de grego nos romanos” (p.224).

Mesmo traçando paralelos diversos entre Grécia e Roma, como a analogia entre a Guerra do Peloponeso e as Guerras Púnicas, a obra plutarquiana também critica, mesmo que veladamente, o que a seu ver são distorções da sabedoria helênica, como o uso romano da geometria, destinado a construção de artefatos e máquinas bélicas. Ou então, ao evidenciar a dificuldade de Roma em aceitar o pensamento político grego ao mesmo tempo em que o exalta, como observado nas páginas 233 e 234.

Outra maneira, de se observar a resistência da cultura grega em pleno principado, apontada pela Prof.^a Maria Aparecida, é a manutenção do idioma em territórios helenizados, mesmo com a concessão de cidadania romana aos gregos.

Ao caminhar para o final do capítulo III, e conseqüentemente do livro, a autora destaca que Plutarco tenta demonstrar o quanto os romanos são devedores da filosofia e de Platão, pois ao buscar latinizar territórios conquistados, não se define um sistema pedagógico, além do

mos maiorum, cabendo a *paidea* a responsabilidade de educação no império, em geral. Assim, a filosofia assumia no mediterrâneo, segundo a autora, um papel preponderante, coroado pela escola de Platão. Vale ressaltar que o próprio Plutarco convergia ideologicamente com Platão.

Em síntese, o desafio de Plutarco é relacionar-se com Roma sem comprometer sua identidade grega (p.289), ao passo que o ressurgir da tradição literária beneficiou os romanos que acabaram por encontrar em seus dominados a preservação de parte importante de sua memória. Assim, ao tratar da contribuição grega na formação de Roma, a autora ressalta o caráter híbrido na composição do próprio império romano.

Em relação ao livro de Maria Aparecida de Oliveira Silva, salienta-se, como considerações finais, o rico conteúdo que sua pesquisa sobre Plutarco traz à tona. A partir desta, vislumbra-se as relações que permeavam a multifacetada ligação entre romanos e gregos, isto a partir da percepção de um erudito grego, que além de ser cidadão romano, possui certo prestígio no império do qual sua terra natal depende política e economicamente. Para mais, é possível compreender como um povo sitiado foi capaz de manter sua cultura e influenciar os costumes de seu dominador de forma decisiva.

Ressalva-se que o período do Principado Romano é extenso e com muitas peculiaridades que vão além das relações entre Grécia e Roma, incluindo a participação de diversos povos com distintas condições culturais. Acrescenta-se a isso que a obra em questão é um estudo do discurso e do olhar de um grego sobre seu conquistador. O texto de

Silva é cativante e insere o leitor no monumental legado helênico e na formação de uma matriz greco-romana na Antiguidade.

Recebido em: 26/04/2016

Aceito em: 22/06/2016

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos e resenhas bibliográficas em português, inglês ou espanhol.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos (ou seja, desde 2012) e de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos (ou seja, desde 2010). Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas a historiografia, sempre sob orientação e com aval do(a) professor(a) orientador(a) (Anexo 1). O aval deve ser anexo no ato da submissão do artigo na plataforma como ‘documento complementar’. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
6. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da *Cadernos de Clio*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos

pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às novas configurações do suporte *on line*. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

7. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

8. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

9. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação de Artigos:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/clio>). Deverá ser informado na plataforma no e-mail a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link doattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a).

2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estran-

geira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

5. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.

6. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.

7. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).

8. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

9. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

INFORMAÇÕES:

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>